

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Bruna Ferreira Corrêa

**AS ESTRATÉGIAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: SUBSÍDIOS
PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS NO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

Porto Alegre
2019

Bruna Ferreira Corrêa

**AS ESTRATÉGIAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: SUBSÍDIOS
PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS NO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Dr. Guilherme Dornelas
Camara

Coorientador: Ms. Paulo Rodrigues
Cerqueira

Porto Alegre
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

Vice-reitora: Profa. Dra. Jane Fraga Tutikian

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: Prof. Dr. Takeyoshi Imasato

Vice-diretor: Prof. Dr. Denis Borenstein

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Coordenador: Prof. Dr. Paulo Ricardo Zilio Abdala

Coordenador substituto: Prof. Dr. Rafael Kruter Flores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

CIP - Catalogação na Publicação

Ferreira Corrêa, Bruna

As Estratégias da Vigilância Socioassistencial:
subsídios para o aprimoramento das proteções sociais
no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) / Bruna
Ferreira Corrêa. -- 2019.

71 f.

Orientador: Guilherme Dornelas Camara.

Coorientador: Paulo Rodrigues Cerqueira..

Trabalho de conclusão de curso (Especialização) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de
Administração, Gestão Pública, Porto Alegre, BR-RS,
2019.

1. Gestão Pública. 2. Vigilância Socioassistencial.
3. Proteções Sociais no Sistema Único de Assistência
Social. I. Dornelas Camara, Guilherme, orient. II.
Rodrigues Cerqueira., Paulo, coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Escola de Administração da UFRGS

Rua Washington Luiz, 855, Bairro Centro Histórico

CEP: 90010-460 – Porto Alegre – RS

Telefone: 3308-3801

E-mail: eadadm@ufrgs.br

Bruna Ferreira Corrêa

**AS ESTRATÉGIAS DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL: SUBSÍDIOS
PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS NO SISTEMA
ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)**

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Aprovada em: 27 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

Examinadora: Dra. Christine da Silva Schröder

Examinadora: Dra. Sílvia Generali da Costa

Orientador: Dr. Guilherme Dornelas Camara

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha nova família complementada, no ano de 2018, pelo meu filho amado, Benício (Beni), que me fez conhecer o amor imensurável e é o motor para a minha resistência, resiliência e força.

Agradeço também ao Augusto meu companheiro de muitas lutas e que esteve presente nos momentos mais marcantes da minha vida.

A todos/as professores/as da pós-graduação, ao tutor Paulo Cerqueira e ao orientador Guilherme Camara que estiveram disponíveis para o esclarecimento de questões e que contribuíram com reflexões que auxiliaram na consolidação do presente trabalho.

Aos/Às professores/as, colegas de trabalho e amigos/as que contribuíram de alguma maneira para qualificar esse processo através de discussões acerca do Sistema Único de Assistência Social.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão do curso da Especialização em Gestão Pública consolida um estudo sobre as contribuições da Vigilância Socioassistencial para o aprimoramento da Proteção Social Básica e Especial no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Contextualiza a Vigilância Socioassistencial como área estratégica da Gestão do SUAS. Problematiza as estratégias da Vigilância Socioassistencial na produção de subsídios para o aprimoramento das proteções sociais. Desenvolve com base nas literaturas e normativas do SUAS o conceito sobre a Vigilância Socioassistencial, a sua relação com as proteções sociais e os instrumentos consolidados nesse campo. Destaca como objetivos a necessidade de conhecer as estratégias da Vigilância Socioassistencial frente ao aprimoramento e à interlocução junto às proteções sociais. Descreve os procedimentos da pesquisa documental, exploratória e qualitativa, utilizando como fonte para coleta de dados os quatro últimos Encontros Nacionais e as duas Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial. Ressalta como resultados da pesquisa a intrínseca relação da Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais do SUAS, a qual contribui para o conhecimento da realidade das famílias, dos territórios, da cobertura e da situação dos serviços e equipamentos socioassistenciais. Enfatiza o papel estratégico da implementação da Vigilância Socioassistencial no Estado, uma vez que esta promove o fortalecimento da gestão compartilhada no SUAS.

Palavras-chave: Vigilância Socioassistencial. Proteção Social Básica. Proteção Social Especial.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión del curso de la Especialización en Gestión Pública consolida un estudio sobre las contribuciones de la Vigilancia de la Asistencia Social para el perfeccionamiento de la Protección Social Básica y Especial en el Sistema Único de Asistencia Social (SUAS). Contextualiza la Vigilancia de la Asistencia Social como área estratégica de la Gestión del SUAS. Problematisa las estrategias de la Vigilancia de la Asistencia Social en la producción de subsidios para el perfeccionamiento de las protecciones sociales. Desarrolla con base en las literaturas y normas del SUAS el concepto sobre la Vigilancia de la Asistencia Social, su relación con las protecciones sociales y los instrumentos consolidados en ese campo. Destaca como objetivos la necesidad de conocer las estrategias de la Vigilancia de la Asistencia Social frente al perfeccionamiento ya la interlocución junto a las protecciones sociales. Describe los procedimientos de la investigación documental, exploratoria y cualitativa, uso como fuente para colección de datos los cuatro últimos Encuentros Nacionales y las dos Muestras de Experiencias en Vigilancia de la Asistencia Social. Resalta como resultados de la investigación la intrínseca relación de la Vigilancia de la Asistencia Social con las protecciones sociales del SUAS, la cual contribuye al conocimiento de la realidad de las familias, de los territorios, de la cobertura y de la situación de los servicios y equipamientos de la asistencia social. Enfatiza el papel estratégico de la implementación de la Vigilancia de la Asistencia Social en el Estado, ya que ésta promueve el fortalecimiento de la gestión compartida en el SUAS.

Palabras clave: Vigilancia de la Asistencia Social. Protección Social Básica. Protección Social Especial.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Quadro síntese dos serviços tipificados de Proteção Social Básica e Especial.....	25
Figura 2 - Relações da Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais	57

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos para a coleta de dados da pesquisa documental	35
Quadro 2 - Temas apresentados no VIII ENVS (2014) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS.....	37
Quadro 3 - Temas apresentados no IX ENVS (2015) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS.....	41
Quadro 4 - Temas apresentados no X ENVS (2017) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS.....	43
Quadro 5 - Temas apresentados no XI ENVS (2018) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS.....	45
Quadro 6 - Instrumentos e estratégias da 1ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial e contribuições das proteções sociais	49
Quadro 7 - Instrumentos e estratégias da 2ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial e contribuições das proteções sociais	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPC	Benefício Prestação Continuada
CadSUAS	Cadastro Nacional do Sistema Único de Assistência Social
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ENVS	Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial
ID CRAS	Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência de Assistência Social
ID CREAS	Índice de Desenvolvimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social
ID Centro POP	Índice de Desenvolvimento do Centro POP
ID Acolhimento	Índice de Desenvolvimento do Acolhimento
IGD SUAS	Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MSE	Medidas Socioeducativas
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAG-SUAS	Pacto de Aprimoramento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
RMA	Registro Mensal de Atendimento
RMA CRAS	Registro Mensal de Atendimento do Centro de Referência de Assistência Social
RMA CREAS	Registro Mensal de Atendimento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SIMPETI	Sistema de Monitoramento do PETI
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISC	Sistema de Informações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	20
2.1	A Relação entre a Vigilância Socioassistencial e as Proteções Sociais no SUAS.....	23
3	INSTRUMENTOS DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS.....	28
3.1	Sistematizações, Bancos de Dados, Sistemas Informatizados e outros Instrumentos no Âmbito da Vigilância Socioassistencial.....	31
4	OBJETIVOS	33
5	PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	34
6	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA.....	37
6.1	Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial	37
6.2	Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial.....	47
6.3	Análise da Interlocução entre a Vigilância Socioassistencial e as Proteções Sociais: fortalecimento da Gestão do SUAS.....	55
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
	REFERÊNCIAS	65

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como ponto de partida as reflexões e problematizações acerca de alguns desafios frente à consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), principalmente acerca da formalização das áreas estratégicas que compõem o SUAS, quais sejam: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial (subdividida em Média Complexidade e Alta Complexidade), Gestão Financeira e Orçamentária, Gestão de Benefícios Assistenciais e Transferência de Renda, Gestão do SUAS com competência de Gestão do Trabalho, Regulação do SUAS e Vigilância Socioassistencial. Destaca-se que essas áreas não estão totalmente consolidadas nos municípios e estados, contudo, estão regulamentadas nas normativas do SUAS, conforme preconizado na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS) 2012.

Com base nos resultados das metas do Pacto de Aprimoramento de Gestão do SUAS¹, doravante PAG-SUAS, divulgados e consolidados pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) em outubro de 2018 do então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), atualmente Ministério da Cidadania (BRASIL, 2018), reitera-se que a Vigilância Socioassistencial não está efetivamente consolidada e formalizada na totalidade dos municípios brasileiros.

No entanto, evidencia-se que alguns municípios vêm apresentando experiências (formais ou informais) de implantação da Vigilância Socioassistencial, conforme os resultados da meta estabelecida no referido PAG-SUAS, sobretudo, os municípios habilitados em Gestão do SUAS Plena²,

¹ Os resultados das metas do PAG-SUAS dos municípios todo Brasil referente ao ano de 2017 foram publicizados pela SNAS no ano de 2018. A divulgação dessas metas atualizadas está disponível no seguinte endereço eletrônico: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>>.

² No âmbito da gestão municipal do SUAS há três níveis de habilitação ao SUAS, quais sejam: inicial, básica e plena. Conforme o MDS: “A gestão inicial fica por conta dos municípios que atendam a requisitos mínimos, como a existência e funcionamento de conselho, fundo e planos municipais de assistência social, além da execução das ações da Proteção Social Básica com recursos próprios. No nível básico, o município assume, com autonomia, a gestão da proteção social básica. No nível pleno, ele passa à gestão total das ações socioassistenciais” (BRASIL, 2015).

A Vigilância Socioassistencial vem demonstrando diversas experiências profícuas no âmbito do SUAS no Brasil. Os encontros de Vigilância Socioassistencial que foram promovidos MDS através da SNAS tiveram em 2018 sua décima primeira edição. Também são fomentadas no âmbito da União as “Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial”, as quais apresentam as estratégias que os municípios e os estados brasileiros vêm realizando no campo da Vigilância Socioassistencial e a sua interlocução com as demais áreas que compõem o SUAS, principalmente, em relação às proteções sociais. Segundo a SNAS, a 2ª Mostra de Experiências da Vigilância Socioassistencial (realizada em 2018) se dividiu nas seguintes modalidades, quais sejam:

Boas Experiências em Vigilância de riscos e vulnerabilidade: identificação de perfis, situações e contextos de riscos e vulnerabilidades presentes nos territórios; Boas Experiências em Vigilância de padrões de serviços: monitoramento das características e distribuição da rede de proteção social instalada para a oferta de serviços e benefícios; análise da adequação entre as necessidades da população e a oferta dos serviços e benefícios, baseada nos territórios (BRASIL, 2018b).

Frente a essas “boas experiências” a SNAS selecionou as experiências que se destacaram de municípios e estados, as quais foram socializadas no XI Encontro da Vigilância Socioassistencial realizado em Brasília no ano de 2018. Ressalta-se que este último encontro da Vigilância Socioassistencial abordou diversos temas e instrumentais desafiadores para contribuir na efetiva implantação de Vigilância como área estratégica do SUAS no Brasil, não só no que diz respeito à articulação com as proteções sociais, mas também destacaram-se temas e indicadores emergentes relacionados à pobreza, às questões étnico raciais, às questões de gênero, entre outros elementos relevantes.

Ressalta-se que os dados produzidos pela União, pelo Distrito Federal, pelos estados e, pelos municípios sobre as proteções sociais também ocupam um espaço significativo nesses eventos de Vigilância Socioassistencial.

Nessa perspectiva, ressalta-se que o tema central desta pesquisa busca conhecer os subsídios que a área de Vigilância Socioassistencial produz para o apoio à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial do SUAS, tendo em vista o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios dessas proteções sociais, contribuindo para a garantia dos direitos socioassistenciais dos/as usuários/as que acessam o SUAS e para o diagnóstico socioterritorial.

Nesse contexto, o presente trabalho se debruça nos materiais produzidos nos últimos quatro encontros nacionais de Vigilância Socioassistencial (dos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018) e nas duas mostras de Vigilância Socioassistencial (anos de 2017 e 2018) – conforme as informações publicizadas pela SNAS – tendo como enfoque o que foi produzido sobre as questões relacionadas às proteções sociais do SUAS.

Enfatiza-se que a área da Vigilância Socioassistencial tem como enfoque a sistematização do diagnóstico socioterritorial, o planejamento, o monitoramento, a avaliação e a gestão de informações no SUAS, de modo a expressar dados sobre as situações de risco e vulnerabilidade social dos territórios, das famílias e dos indivíduos, bem como se materializa como uma ferramenta estratégica de extrema relevância para o aprimoramento do SUAS, acarretando na ampliação da qualidade do serviço a ser ofertado à população usuária da política de assistência social.

Desse modo, este trabalho visa discorrer sobre as estratégias e experiências que vêm sendo desenvolvidas pela área de Vigilância Socioassistencial no Brasil, bem como busca analisar a efetividade da sua interlocução com as proteções sociais no âmbito do SUAS.

Contextualiza-se que a Vigilância Socioassistencial como área essencial para a Gestão do SUAS deve ser implantada na União, nos municípios e nos estados, conforme preconiza o PAG-SUAS. Esse Pacto consiste em um instrumento quadrienal firmado entre a União, os estados e os municípios, no qual se pactuam as metas e as prioridades nacionais para o SUAS, sendo um mecanismo de indução do aprimoramento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 2, de 16 de março de 2017 e com a Resolução CNAS nº 18, de 15 de julho de 2013, a formalização da área de Vigilância Socioassistencial consiste como uma das metas e prioridades inscritas no PAG-SUAS da União, do Distrito Federal, dos estados e dos municípios. Nesse sentido, destaca-se que a Vigilância Socioassistencial atua como área estratégica para qualificar e subsidiar de informações a rede socioassistencial, principalmente no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, conforme citado no artigo 88º da NOB-SUAS 2012: “A Vigilância Socioassistencial deve manter estreita relação com as áreas diretamente responsáveis pela oferta de serviços socioassistenciais à população nas Proteções Sociais Básica e Especial” (BRASIL, 2012a, p.40).

Aponta-se que a Vigilância Socioassistencial consiste como uma das funções da política de assistência social que materializa a estruturação das ações de planejamento no âmbito do SUAS. Nesse sentido, segundo as Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2013b), a Vigilância produz conhecimentos voltados ao planejamento, monitoramento, avaliação e desenvolvimento da política de assistência social, tendo como referência a busca de informações referentes às situações de risco e vulnerabilidade, o diagnóstico dos territórios que expressam necessidades de proteção social e os padrões de qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados.

Conforme o artigo 87º da NOB-SUAS 2012, a Vigilância Socioassistencial:

[...] deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, e trata: I - das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios; II - do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial (BRASIL, 2012a, p. 40).

No artigo 2º, inciso II, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – a Vigilância Socioassistencial se apresenta como objetivo da política de assistência social, conforme destacado na seguinte citação: “[...] a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos” (BRASIL, 1993). Também se aponta que a Vigilância Socioassistencial se insere como um dos desafios e objetivos estratégicos expressos na NOB-SUAS 2012 e no II Plano Decenal da Assistência Social (2016 – 2026), sendo que cada um dos entes federados são responsáveis pela sua implantação, implementação e operacionalização.

Destaca-se ainda que a área da Vigilância Socioassistencial no SUAS está ligada institucionalmente ao órgão gestor da política de assistência social – ou seja, sua estrutura organizacional se encontra junto às Secretarias Nacional, Municipais e Estaduais de Assistência Social ou congêneres – sendo um campo que, entre outras atribuições, produz diagnósticos socioterritoriais, presta a gestão da informação e apoia tecnicamente as ações de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução instituídas no âmbito do SUAS. Nessa perspectiva, ressalta-se, em síntese, que a Vigilância Socioassistencial – como competência da área de Gestão do SUAS – constitui a gestão das informações pertinentes à política de assistência social.

As proteções sociais por sua vez são o alicerce do SUAS e estabelecem contato direto com a população usuária dos serviços socioassistenciais. As proteções sociais no SUAS estão divididas em: Proteção Social Básica, a qual consiste na porta de entrada dos serviços socioassistenciais para as ações preventivas, protetivas e proativas e; Proteção Social Especial, a qual é ofertada nas situações de violações de direitos, fragilização e rompimento de vínculos familiares e comunitários.

Definiu-se como tema a Vigilância Socioassistencial com enfoque na sua interlocução com a Proteção Social Básica e Especial, uma vez que estas são proteções sociais se inserem na execução dos serviços, programas, projetos e

benefícios no SUAS. A Proteção Social Básica tem como referência principal o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e ressalta como objetivo norteador:

[...] prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras) (BRASIL, 2004, p.33).

Já a Proteção Social Especial é subdividida em Média Complexidade e Alta Complexidade, tendo como referência principal (entre outros equipamentos) o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no âmbito da Média Complexidade e as unidades de acolhimento no âmbito da Alta Complexidade.

Enfatiza-se que a Proteção Social Especial tem como enfoque fortalecer a proteção social em caráter especializado frente às situações de fragilização ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, situações de risco pessoal e social e violações de direitos, com objetivo de “[...] contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos” (BRASIL, 2011a, p. 17). Desse modo, as ações de Proteção Social Básica e Especial estão interligadas, uma vez que fomentam ações que estabelecem interlocução com o trabalho social com famílias nos territórios.

Enfatiza-se que a riqueza de informações produzidas no cotidiano dos serviços, programas e projetos de Proteção Social Básica e Especial expressam elementos profícuos que possibilitam subsidiar as ações desenvolvidas pela Vigilância Socioassistencial. Todavia questiona-se como a Vigilância Socioassistencial vem sistematizando essas informações coletadas a partir do

diagnóstico socioterritorial e de outros instrumentos e como esta área fornece respaldo técnico, construindo ferramentas para qualificar o processo de trabalho e de gestão em que se inserem trabalhadores/as e gestores/as do SUAS, a fim de contribuir na viabilização dos direitos socioassistenciais?

Sabe-se que a Proteção Social Básica e Especial são áreas fundamentais para assegurar as seguranças de acolhida, convívio familiar e comunitário, autonomia, sobrevivência e protagonismo dos/as usuários/as que acessam os seus equipamentos e serviços. Sua interlocução com a Vigilância Socioassistencial é necessária para identificar as situações de risco e vulnerabilidade nos territórios onde se situam as famílias e os indivíduos.

Também se considera que a articulação entre a Vigilância Socioassistencial e as proteções sociais do SUAS consiste em uma estratégia fundamental para assegurar os direitos socioassistenciais. Tendo em vista esse contexto, de modo a considerar a relevância da articulação entre as proteções sociais e a Vigilância Socioassistencial no âmbito do SUAS problematiza-se: *Qual é a efetividade da interlocução entre a Vigilância Socioassistencial e a Proteção Social Básica e Especial frente à produção de subsídios técnicos, instrumentos e estratégias, tendo com finalidade o aprimoramento das ações desenvolvidas pelas proteções sociais no âmbito do SUAS?*

Nesse contexto, tendo em vista a relevância da Vigilância Socioassistencial para consolidação do SUAS, o presente trabalho de conclusão de curso tem como objeto de estudo a implementação da Vigilância Socioassistencial como um instrumento de gestão, monitoramento e de planejamento de ações na garantia de direitos socioassistenciais e para qualificar os serviços, programas, projetos e benefícios ligados à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial no âmbito do SUAS.

A fim de responder o problema de pesquisa, além desta introdução este trabalho está organizado da seguinte forma: no segundo capítulo foi realizada uma revisão na literatura disponível sobre a Vigilância Socioassistencial e a sua relação com as proteções sociais do SUAS. No terceiro capítulo se destacam as reflexões referentes aos instrumentos de Vigilância Socioassistencial e suas

interfaces com as proteções sociais. No quarto capítulo se apresenta o objetivo geral e os objetivos específicos. O quinto capítulo ressalta os procedimentos de pesquisa, destacando o delineamento da pesquisa e a coleta de dados. O sexto capítulo demonstra a apresentação e a análise dos resultados desta pesquisa, ponderando sobre os dados coletados nos Encontros e nas Mostras de Experiência em Vigilância Socioassistencial e a interlocução com as proteções sociais. Por fim, são tecidas as considerações finais este trabalho, seguidas das referências.

2 VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Conforme a revisão de literatura expressa nas Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial (BRASIL, 2013b) e na NOB-SUAS 2012 (BRASIL, 2012a), a Vigilância Socioassistencial é considerada como uma das funções da política de assistência social e consiste em uma área que compõe a Gestão do SUAS, estabelecendo interação e complementariedade com as proteções sociais. É através da Vigilância Socioassistencial que é possível produzir os meios técnicos necessários para suprir técnicos/as e gestores/as de fontes de informações sobre a realidade socioterritorial, onde se materializam as situações de riscos e vulnerabilidades sociais da população que se insere em um determinado território.

Nesse sentido, a Vigilância também é uma ferramenta para se traçar o planejamento de ações preventivas no território, bem como essa área é essencial para fomentar o monitoramento e a avaliação, através de indicadores e dados em sistemas informatizados e do padrão da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados no SUAS.

Em relação à produção de dados e indicadores sobre as situações de risco e vulnerabilidade social de famílias e indivíduos e o tipo, padrões de oferta e qualidade, localização e volume dos serviços, reitera-se que a Vigilância Socioassistencial como área essencial do SUAS: “[...] deve apoiar atividades de planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, produzindo, sistematizando e analisando informações territorializadas” (BRASIL, 2013b). É importante salientar que cabe também a Vigilância Socioassistencial monitorar a incidência das situações de violência, negligência, maus tratos, abandono, abuso e exploração sexual nos territórios, o que demonstra apoio às ações das proteções sociais.

De acordo com Brasil (2013b), a Vigilância também contribui para identificar as potencialidades dos territórios, priorizando ações para as famílias mais vulneráveis, a fim de incluí-las em serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Segundo Martinelli, Santos e Silva (2015) a política de assistência social deve estar ancorada por um Plano de Assistência Social que deve ser realizado tendo como base o diagnóstico socioterritorial para contemplar a análise sobre o território. A Vigilância Socioassistencial é responsável por realizar esse diagnóstico, o qual “[...] requer um processo contínuo de investigação das situações de risco e vulnerabilidade social das demandas sociais, de identificação da rede socioassistencial e de outras políticas públicas” (MARTINELLI; SANTOS; SILVA, 2015, p.106). Martinelli, Santos e Silva (2015) também apresentam um “fluxo de referência e contra referência” da Vigilância Socioassistencial, o qual contempla as seguintes etapas:

Registro gerado pelas proteções: básica e especial; troca de informações entre os serviços; encaminhamento das informações à Vigilância Socioassistencial; sistematização das informações pela Vigilância Socioassistencial; agrupamento, análise, processamento e devolução das informações para os trabalhadores e usuários que geraram as primeiras bases (MARTINELLI; SANTOS; SILVA, 2015, p.106, adaptada pela autora deste trabalho).

Além desse fluxo sabe-se que a Vigilância Socioassistencial utiliza-se de ferramentas, indicadores e sistemas informatizados da Rede SUAS e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) vinculada ao Ministério da Cidadania para coleta de dados e informações pertinentes para a efetiva gestão das informações. São exemplos desses sistemas: o Censo SUAS, o Prontuário SUAS Eletrônico e Físico, o Registro Mensal de Atendimento (RMA) das unidades socioassistenciais de proteção social básica e especial, o Cadastro Nacional do SUAS (CadSUAS), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), os Índices de Desenvolvimento dos equipamentos socioassistenciais, o PAG-SUAS e outros instrumentos.

Com base em uma análise documental sobre as deliberações das dez Conferências Nacionais de Assistência Social (de 1995 até 2015), Oliveira, Prates e Carraro (2016), enfatizam que o tema que diz respeito à Vigilância Socioassistencial é novo e pouco trabalhado no âmbito do SUAS. Além disso, Oliveira, Prates e Carraro (2016), destacam em seu estudo que a Vigilância

Socioassistencial aparece pela primeira vez como função apenas na V Conferência Nacional de Assistência Social (2005).

Em 2009, na VII Conferência, Oliveira, Prates e Carraro (2016) apontam que a discussão sobre a Vigilância Socioassistencial demonstrou maior centralidade e seu conceito passa a ser discutido na VIII Conferência (2011). Salieta-se que nas conferências anteriores a temática acerca da Vigilância Socioassistencial era abordada de maneira indireta. Desse modo, trabalhadores/as e gestores/as necessitam de maior proximidade perante o conceito e a atuação da Vigilância Socioassistencial na política de assistência social, a fim de efetivar a sua implantação e operacionalização nos estados e municípios que aderiram ao SUAS.

Conforme Lazzari (2018) a Vigilância Socioassistencial coleta dados pertinentes ao SUAS referente ao tipo (unidade, órgãos e entidades socioassistenciais), volume (quantidade de unidades socioassistenciais públicas e privadas), padrões de qualidade com criação de indicadores e a distribuição espacial dos prestadores de serviços. Nesse sentido, ainda de acordo com a autora, a Vigilância Socioassistencial se divide em dois eixos: um eixo seria conhecer os elementos quantitativos e qualitativos frente às situações de vulnerabilidade e risco social e; o outro eixo seria conhecer a rede socioassistencial para adequar a demanda e a oferta dos serviços.

Lazzari (2018) ainda ressalta que a concepção de Vigilância Socioassistencial depende da direção social implicada: pode ser um instrumento que contribui para a defesa de direitos ou um meio de controle e perpetuação da ordem. Segundo a análise desta autora, a Vigilância Socioassistencial ultrapassa o modelo gerencial, sendo essa área uma estratégia para o combate a “insegurança social” e para a prevenção das situações de risco. Por isso, a Vigilância Socioassistencial está diretamente articulada às funções de proteção social e defesa de direito no âmbito da política de assistência social.

Ainda de acordo com Lazzari (2018), também se ressalta que a Vigilância Socioassistencial consiste em uma ferramenta de planejamento que subsidia outras políticas públicas, permitindo por meio de suas informações realizar a

“busca ativa” de usuários/as que ainda não acessam a política de assistência social. Dessa maneira, a Vigilância Socioassistencial consiste com uma das funções e estratégias imprescindíveis para a consolidação do SUAS, sendo um desafio efetivar a sua implantação, implementação e operacionalização nos estados e municípios.

2.1 A Relação entre a Vigilância Socioassistencial e as Proteções Sociais no SUAS

Com base nas reflexões de Paes-Sousa (2016) considera-se que a concepção de proteção social consiste em um conjunto de programas e políticas que estão sob responsabilidade do Estado e que visam atender a população em situação de vulnerabilidade. Desse modo, a proteção social atua como uma “resposta” à questão social na contemporaneidade.

Nesse sentido, enfatiza-se que o “Sistema de Proteção Social” integra a Seguridade Social afiançada através da Constituição Federal de 1988. Esta Constituição ressalta que a Seguridade Social consiste em “[...] um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

Nesse cenário, como um dos alicerces que compõem o tripé da Seguridade Social, destaca-se a política pública de assistência social. A política de assistência social consiste em uma política social não-contributiva, a qual busca a proteção social dos/as usuários/as que dela necessitarem. O artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993 atualizada pela Lei n. 12.435, de 6 de julho 2011) estabelece como um dos objetivos da assistência social a proteção social, a qual “[...] visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos (BRASIL, 2011b).

Aponta-se que a proteção social na assistência social tem como enfoque as situações que provocam “[...] vitimizações, fragilidades, contingências,

vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana” (BRASIL, 2005, p. 16). Nessa perspectiva, considera-se que a proteção social oferta aquisições sociais através das principais seguranças afiançadas no âmbito do SUAS, quais sejam: de acolhida, de autonomia, de convívio familiar, comunitário e social e de sobrevivência (rendimento e autonomia).

Proteção Social é a oferta pública de SERVIÇOS, PROGRAMAS, BENEFÍCIOS e PROJETOS aos indivíduos e famílias em situação de insegurança social. Assume as funções de: proteger as famílias; potencializar os territórios; fortalecer os vínculos familiares e sociais; prevenir as situações de risco social (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p.81).

Nesse contexto, o SUAS é constituído por proteções sociais que ofertam equipamentos onde são executados diretamente os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Conforme já foi referido neste trabalho, as proteções sociais do SUAS estão divididas em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média Complexidade e Alta Complexidade.

Reitera-se que a Proteção Social Básica tem enfoque nas ações de caráter protetivo, preventivo e proativo, buscando prevenir situações de risco e vulnerabilidade e fomentando o protagonismo e convívio familiar, comunitário e social dos/as usuários/as que acessam os equipamentos que constituem essa proteção: o CRAS (unidade público-estatal) e os Centros de Convivência (constituídos como unidades público-estatais ou como entidades privadas). Ressalta-se que a Proteção Social Básica tem como premissa a materialização das diretrizes da matricialidade sociofamiliar, do trabalho social com famílias e da territorialização (ASSIS; FONSECA; FERRO, 2018, p. 82).

A Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade atua no trabalho social especializado com as famílias e os indivíduos em situações de violações de direitos como nos casos de violência, abuso e exploração sexual, abandono, trabalho infantil, população em situação de rua, etc. Os

equipamentos responsáveis pela oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade são os CREAS, os Centros POP e os Centros-Dia. A Alta Complexidade, no âmbito da Proteção Social Especial, é ofertada nos serviços de acolhimento institucional como os abrigos institucionais, as casas de passagem, as casas-lar e as residências inclusivas; os serviços de acolhimento em república; os serviços de acolhimento em famílias acolhedoras e; o serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Conforme exposto na figura 1 destacam-se os serviços que compõem a rede da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial no SUAS:

Figura 1 - Quadro síntese dos serviços tipificados de Proteção Social Básica e Especial

PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA		<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; 3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.
PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	Média Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); 2. Serviço Especializado em Abordagem Social; 3. Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); 4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; 5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.
	Alta Complexidade	<ol style="list-style-type: none"> 6. Serviço de Acolhimento Institucional; 7. Serviço de Acolhimento em República; 8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; 9. Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Fonte: Brasil (2014, p.10).

Frente a esses serviços considera-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) – no âmbito da Proteção Social Básica – e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – no âmbito da Proteção Social Especial – como referências centrais para o desenvolvimento da proteção social no SUAS. Nessa perspectiva, enfatiza-se que é através do PAIF e do PAEFI que se fortalece o trabalho social

com famílias, o qual fomenta a responsabilidade do estado na atuação protetiva e a perspectiva emancipatória junto às famílias que acessam os serviços socioassistenciais.

Enfatiza-se que as proteções sociais no SUAS são áreas essenciais que devem estar integradas com os demais campos que compõem a Gestão do SUAS, a fim de assegurar o aprimoramento deste sistema. Nesse sentido, considera-se que a importância da interlocução das proteções sociais com a Vigilância Socioassistencial consiste em um mecanismo potente para contribuir com o fortalecimento do SUAS.

Com base nas orientações técnicas sobre a Vigilância Socioassistencial aponta-se que a Proteção Social Básica e Especial são áreas fundamentais para prover de dados a área de Vigilância Socioassistencial:

As unidades de proteção básica ou especial nas quais são ofertados os serviços e benefícios socioassistenciais são provedoras de informações para a Vigilância Socioassistencial sempre que registram e armazenam de forma adequada dados relativos ao território e ao perfil dos usuários, além de informações referentes ao tipo e volume de atendimentos que realizam, contribuindo assim para o mapeamento de situações de risco e vulnerabilidade e de eventos de violações de direitos em determinado território (BRASIL, 2013b, p. 23).

Além disso, salienta-se que a área de Vigilância Socioassistencial também é essencial para subsidiar de informações os serviços que constituem as proteções sociais para que estes serviços “[...] avaliem sua própria atuação, ampliem seu conhecimento sobre as características da população e do território de forma a melhor atender às necessidades e demandas existentes” (BRASIL, 2013b, p. 23). Dessa forma, considera-se que ambas as áreas estabelecem uma articulação e são interdependentes.

Enfatiza-se que o presente trabalho analisou de que maneira ocorre a articulação entre a Vigilância Socioassistencial e a rede que compõe as proteções sociais no SUAS, a qual é composta pelas coordenações das proteções no âmbito da gestão e por equipamentos de atendimento direto à população que estão ligados à Proteção Social Básica e à Proteção Social

Especial de Média e Alta Complexidade. Nessa perspectiva, o enfoque deste trabalho partiu de instrumentos que a área de Vigilância Socioassistencial atualmente produz para contribuir e alimentar o processo de trabalho das proteções sociais.

3 INSTRUMENTOS DE VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL PARA O APRIMORAMENTO DAS PROTEÇÕES SOCIAIS

Um dos instrumentos essenciais utilizados pela Vigilância Socioassistencial consiste no diagnóstico socioterritorial. Para compreender a concepção de diagnóstico socioterritorial no âmbito SUAS é necessário definir primeiramente o conceito de território. Segundo Souza (2009, p. 59-60 *apud* MISOCZKY *et al.*, 2012, p. 265) o território consiste em um espaço de relações de poder e ligações afetivas e de identidade de um grupo social. Dessa maneira, o processo de territorialização considera as relações sociais e o poder de determinado grupo ou classe social.

Nesse sentido, Misoczky *et al.* (2012) destacam que o território é um espaço de pertencimento – demonstrando a sua apropriação sobre ele – no qual se inscreve a construção de relações sociais de produção e reprodução e territórios de consumo e de contestação. Desse modo, enfatiza-se que é nesse campo que as políticas públicas se materializam e o Estado passa a intervir fortalecendo a proteção social. Por isso, considera-se que é nos territórios que se constroem os espaços de participação social (institucionalizados ou não), espaços de disputa pelo poder e os espaços coletivos de convívio social.

A partir da observação do território para além do “lugar” físico e geográfico, salienta-se que o território consiste em um espaço heterogêneo permeado por situações que provocam conflitos e disputas, pois é nele onde se constituem as diversas relações sociais (antagônicas, convergentes ou consensuais).

Na literatura inscrita no campo da política de assistência social a concepção de território:

[...] é muito mais do que a paisagem física ou o perímetro que delimita uma comunidade, bairro ou cidade. O território é o espaço recheado pelas relações sociais passadas e presentes, a forma específica de apropriação e interação com o ambiente físico, as ofertas e as ausências de políticas públicas, as relações políticas e econômicas que o perpassam, os conflitos e os laços de solidariedade nele existentes. Isto significa dizer que, em grande medida, as potencialidades ou vulnerabilidades de uma família ou indivíduo são determinadas pelo território no qual ela está inserida (BRASIL, 2013b).

Desse modo, ressalta-se que a questão da territorialidade integra um dos eixos norteadores da política de assistência social. De acordo com Couto, Yazbek e Raichelis (2017), a dimensão territorial está inscrita na política de assistência social, sendo o território um campo das políticas públicas onde se materializam as expressões da questão social. Dessa forma, as situações de risco e vulnerabilidade dos territórios estão ligadas a fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Nessa perspectiva, o SUAS fortalece o princípio da territorialização, priorizando a oferta de serviços nos territórios onde mais se expressam as situações de vulnerabilidade.

[...] a dimensão territorial, como um dos eixos da política de Assistência Social, representa um avanço potencialmente inovador, ainda mais porque incorpora uma noção ampliada de território, para além da dimensão geográfica, concebendo-o como **espaço habitado**, fruto da interação entre os homens, síntese de relações sociais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS 2017, p.80, grifos no original).

Todavia as autoras citadas acima salientam que o foco nos territórios mais vulneráveis acarreta na estigmatização e segregação da população que habita nessas áreas, tendo em vista que “[...] reforçam **territórios homogêneos de pobreza** [...]” (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS 2017, p.80, grifos no original). Ainda conforme Couto, Yazbek e Raichelis (2017), esse movimento acarreta na despolitização e no isolamento dos sujeitos frente às questões da esfera pública.

Couto, Yazbek e Raichelis (2017) também destacam que maior parte das situações de vulnerabilidade social dos usuários que acessam a política de assistência social não tem origem no local onde esses sujeitos se inserem, mas sim em processos estruturais mais amplos que envolvem inclusive a redução do papel do Estado. Além disso, é necessário destacar a importância das concepções sobre risco e vulnerabilidade nos territórios, as quais são caracterizadas por múltiplos fatores.

[...] é preciso lembrar que muitas situações de **vulnerabilidade e risco social** são determinadas pelos processos de produção e reprodução

social, sendo uma condição social coletiva vivenciada por amplo conjunto de trabalhadores, a partir das clivagens da classe social a que pertencem (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS 2017, p.83, grifos no original).

Nesse contexto, para identificar as situações de vulnerabilidade nos territórios é essencial garantir a efetivação do diagnóstico socioterritorial para o planejamento das ações do SUAS. Conforme Brasil (2013b), este diagnóstico socioterritorial é em um instrumento fundamental da Vigilância Socioassistencial, o qual possibilita a sistematização frente à leitura de determinada realidade social, permitindo conhecer a população, as vulnerabilidades, os riscos, as potencialidades e as particularidades dos territórios, bem como analisa a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais aos/às usuários/as que acessam o SUAS e as demais políticas públicas de determinado território.

Desse modo, de acordo com Brasil (2013b), o diagnóstico socioterritorial é um elemento essencial para a elaboração dos Planos de Assistência Social dos entes federados. No entanto, não se restringe a isso, também possibilita realizar um mapeamento da rede de proteção social, fomentando a busca de estratégias para as proteções sociais, a fim de qualificar a sua oferta. O diagnóstico socioterritorial também permite elencar as questões prioritárias para o SUAS com base em relatórios e registros produzidos pelas equipes técnicas.

O Caderno de Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial, destaca uma sugestão para estrutura do diagnóstico socioterritorial, qual seja: 1. Conter variáveis e indicadores de contexto (condições do desenvolvimento econômico e social); 2. Indicar variáveis e indicadores de caracterização da demanda potencial para serviços e benefícios da assistência social; 3. Apresentar variáveis e indicadores sobre a estrutura e oferta dos serviços e benefícios de assistência social; 4. Indicar variáveis e indicadores relativos à estrutura das demais políticas públicas; 5. Descrever indicadores que correlacionem demanda e oferta segundo a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2013b).

Como elemento que compõe o Plano de Assistência Social a cada quadriênio, a NOB-SUAS 2012 destaca que:

O diagnóstico tem por base o conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que possibilitem identificar as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais que os caracterizam, reconhecendo as suas demandas e potencialidades (BRASIL, 2012a).

De acordo com a exposição de Martinelli, Santos e Silva (2015), enfatiza-se como exemplo uma sistematização construída pelo setor de Vigilância Socioassistencial do município de Porto Alegre, a qual contém dados referentes ao diagnóstico socioterritorial dessa metrópole. Esta sistematização que contempla elementos do diagnóstico socioterritorial de Porto Alegre está materializada no documento intitulado “Leituras dos Territórios da Assistência Social da Cidade de Porto Alegre” publicado em 2013, o qual apresenta informações sobre a população em situação de vulnerabilidade no município, a cobertura dos serviços, os recursos investidos, avaliação da Gestão do SUAS de Porto Alegre, dados do Cadastro Único e o Programa Bolsa Família; a rede que integra os equipamentos de Proteção Social Básica e Especial e o mapa das regiões da assistência social e do orçamento participativo.

Desse modo, a materialização e a análise do diagnóstico socioterritorial, sobretudo, no Plano de Assistência Social, possibilita viabilizar a construção de estratégias para as proteções sociais (básica e especial) do SUAS frente às situações de risco e vulnerabilidade social, nas quais se inserem famílias e indivíduos, de modo a contribuir na garantia dos direitos, bem como no aprimoramento da oferta dos serviços socioassistenciais.

3.1 Sistematizações, Bancos de Dados, Sistemas Informatizados e outros Instrumentos no Âmbito da Vigilância Socioassistencial

A coleta de informações no âmbito da Vigilância Socioassistencial consiste em um mecanismo fundamental para a produção e alimentação de

relatórios, formulários, bancos de dados e sistemas, os quais contribuem com fontes relevantes para subsidiar toda a rede socioassistencial. Ressalta-se que a coleta dessas informações pode ser viabilizada por meio dos sistemas informatizados do SUAS disponibilizados pela União, através da busca ativa das famílias, por meio de dados sistematizados pelos profissionais do SUAS e através de outras ferramentas próprias elaboradas pelos estados e municípios.

Nesse sentido, conforme Brasil (2013b) se faz necessário que a Vigilância Socioassistencial organize e padronize os dados coletados para que a gestão da informação no SUAS seja efetiva para as demais áreas que integram o SUAS.

[...] é função da Vigilância sistematizar as informações em seu âmbito de atuação para facilitar o processo de planejamento e execução de serviços e, nos casos que se fizerem necessários, propor novas formas e questões para a coleta de informações.[...] Para isto, é necessário que a Vigilância Socioassistencial se preocupe com a padronização e fluxos nos registros da informação
(BRASIL, 2013b, p.24).

Desse modo, aponta-se que consiste como uma das responsabilidades da Vigilância Socioassistencial armazenar e socializar essas informações para os serviços e equipamentos que integram o SUAS. Assim, destaca-se que essa área atua como protagonista na coordenação da alimentação dos sistemas informatizados do SUAS, bem como realiza a gestão de ações que envolvem a divulgação de informações para esse sistema.

4 OBJETIVOS

Objetivo Geral

Analisar a efetividade da interlocução entre a Vigilância Socioassistencial e a Proteção Social Básica e Especial para o aprimoramento das ações desenvolvidas pelas proteções sociais no âmbito do SUAS.

Objetivos Específicos

1. Conhecer as estratégias da Vigilância Socioassistencial frente à produção de subsídios técnicos relevantes para Gestão do SUAS;
2. Identificar os instrumentos da área de Vigilância Socioassistencial para apoio às proteções sociais do SUAS;
3. Descrever a operacionalidade das ferramentas técnicas, de gestão e de planejamento da Vigilância Socioassistencial;
4. Especificar as ações desenvolvidas pela Vigilância Socioassistencial para o aprimoramento das proteções sociais.

5 PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Destaca-se que a pesquisa apresentada neste trabalho foi qualitativa, tendo em vista que se considerou essa metodologia como a mais adequada para a compreensão do objeto de pesquisa estudado, uma vez que tem como ponto de partida a análise de dados descritivos. De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa como meio de conhecer a realidade “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 22).

O delineamento deste trabalho, embasado na pesquisa exploratória, buscou apresentar as particularidades referente à relação que a Vigilância Socioassistencial estabelece junto à Proteção Social Básica e à Proteção Social Especial na produção de subsídios para o aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito do SUAS. Segundo Piovesan e Temporini (1995, p.321) a pesquisa exploratória tem como objetivo “[...] conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere”. Ainda conforme Piovesan e Temporini (1995, p. 320) os princípios da pesquisa exploratória consistem em partir de algo conhecido para melhor aprendizagem, ampliar o conhecimento sobre o objeto pesquisado e fomentar perguntas “racionais”.

A coleta de dados deste estudo foi realizada através de uma pesquisa documental, a qual buscou identificar os instrumentos e as sistematizações pertinentes à área da Vigilância Socioassistencial, analisando a sua articulação com a Proteção Social Básica e Especial. Nesse sentido, o material selecionado para pesquisa foi produzido nos últimos quatro Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial (2014, 2015, 2017 e 2018) e nas duas Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial (dos anos de 2017 e 2018).

Esta pesquisa documental teve como enfoque conhecer os instrumentos, as estratégias e as ações no âmbito da Vigilância Socioassistencial, destacando

dados significativos que dissessem respeito à implementação, à execução e à articulação dessa área com as proteções sociais do SUAS. Frente a isso, o quadro 1 exposto a seguir expressa a definição dos elementos para a coleta das informações, os quais foram utilizados na pesquisa documental:

Quadro 1 - Elementos para a coleta de dados da pesquisa documental

Palavras-chave	Evento	Ano	Questões norteadoras
Vigilância Socioassistencial Proteção Social Básica Proteção Social Especial Diagnóstico Socioterritorial	VIII Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial	2014	1. Descrição das ferramentas 2. Dados que dizem respeito às proteções sociais e estratégias conjuntas 3. Aspectos de planejamento, monitoramento e avaliação e indicadores 4. Meios de divulgação para a rede socioassistencial 5. Relação com o diagnóstico socioterritorial
	IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial	2015	
	X Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial	2017	
	XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial	2018	
	1ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial	2017	
	2ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial	2018	

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

Enfatiza-se que os quatro últimos Encontros Nacionais e as duas Mostras de Experiência em Vigilância Socioassistencial foram selecionadas para este estudo, tendo em vista a disponibilidade das informações publicizadas pela SNAS. As questões norteadoras destacadas no quadro 1 teve como enfoque o direcionamento da pesquisa documental, conforme as palavras-chaves elencadas. A documentação dessas informações tiveram como base os elementos estabelecidos neste quadro.

Para complementar a pesquisa documental também foi utilizada como ferramenta para coleta de dados a observação participante, considerando as vivências e experiências de atuação profissional da autora deste trabalho como técnica vinculada à gestão estadual da política de assistência social.

A análise e interpretação dos dados coletados tiveram três etapas. A primeira etapa consistiu na organização das informações coletadas e no tratamento dos dados da pesquisa documental e na observação participante. A segunda etapa envolveu a exposição por meio de um quadro sintético (embasado no quadro 1) e posterior análise dos instrumentos da área da Vigilância Socioassistencial. Na terceira etapa evidenciou-se a interpretação dos dados com embasamento teórico.

Aponta-se que para efetivar a etapa da análise dos dados da pesquisa documental realizou-se uma descrição e uma caracterização do fenômeno, buscando a sua interlocução com o problema e com os objetivos desta pesquisa, a fim elucidar as informações encontradas.

Após a leitura, descrição e análise dos dados encontrados, estes dados foram interpretados à luz de normativas e considerações teóricas relacionadas ao objeto de pesquisa, as quais também nortearam a construção deste trabalho de conclusão. Com isso, destacam-se neste trabalho as possíveis contribuições suscitadas com as informações encontradas no processo desta pesquisa.

6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA

6.1 Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial

O Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial, doravante ENVS, consiste em um espaço periódico de troca de saberes no âmbito de Vigilância Socioassistencial, o qual conta com mesas de discussões técnicas, oficinas e divulgação de experiências municipais e estaduais que dizem respeito ao tema da Vigilância Socioassistencial e sua relação com outras áreas estratégicas do SUAS. Este estudo teve como enfoque os quatro últimos Encontros de Vigilância Socioassistencial que foram promovidos pelo extinto MDS (atualmente Ministério da Cidadania) através da SNAS nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018.

Os dados coletados por meio da pesquisa documental estão expostos nos quadros apresentados neste trabalho. Salienta-se que a coleta desses dados levou em consideração os materiais destes encontros a partir da análise das apresentações (em forma de “templates” ou vídeos) das mesas e das oficinas publicizadas pela SNAS. Destaca-se que esses materiais foram elaborados por atores que compõem a instância da coordenação nacional do SUAS.

A seleção dos dados apresentados neste estudo se deteve nas discussões que mais se aproximaram da interlocução da Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais. Abaixo seguem os quadros 2, 3, 4 e 5 que apresentam uma síntese destes encontros.

Quadro 2 - Temas apresentados no VIII ENVS (2014) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
Regionalização dos Serviços de Proteção Social Especial	→Diagnósticos de localização das ofertas de regionalização dos serviços de média e alta complexidade
Vigilância dos padrões dos Serviços de Proteção Social Básica	→Avanços das Metas do Índice de Desenvolvimento dos CRAS (IDCRAS) com base no Censo SUAS →Avaliou o andamento do reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)
Vigilância dos padrões dos Serviços de Proteção Social Especial	→Análise da oferta do serviço de acolhimento
Medidas Socioeducativas	→Diagnóstico das medidas socioeducativa, contribuições no Plano de medidas e discussão sobre monitoramento

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

O VIII ENVS (2014) apresentou discussões pertinentes no âmbito da Proteção Social Básica e Especial. No âmbito da Proteção Social Básica demonstrou os avanços relacionados ao ID CRAS, o qual consiste em um índice que avalia o grau de desenvolvimento do CRAS por meio do Censo SUAS, levando em consideração quatro dimensões: estrutura física, horário de funcionamento, recursos humanos (considerando a equipe de referência própria para o porte do município) e, as atividades realizadas (orientações, busca ativa, visita domiciliar, encaminhamentos, grupos/oficinas, entre outros critérios).

Conforme Brasil (2009), os graus de desenvolvimento do Índice de Desenvolvimento do CRAS (ID CRAS) possuem a gradação do mais satisfatório ao insatisfatório, respectivamente, qual seja: superior, suficiente, regular ou insuficiente. Aponta-se que aquele município que possui dimensões com baixa gradação no ID CRAS sofre impacto em relação aos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD SUAS)³, uma vez que, de acordo com Brasil (2012b), o ID CRAS médio é utilizado como base cálculo para formação do IGD SUAS.

Salienta-se que o ID CRAS possibilita a Vigilância Socioassistencial sistematizar um balanço da situação dos CRAS, a fim de promover as melhorias necessárias neste equipamento. Nessa perspectiva, considera-se o ID CRAS, assim como os demais índices de desenvolvimento, uma ferramenta de gestão para auxiliar os processos de qualificação do SUAS. Em relação ao VIII ENVS a apresentação deste índice possibilitou observar o panorama nacional da situação dos CRAS no âmbito do Brasil.

Outro tema da Proteção Social Básica que foi apresentado no VIII ENVS se relaciona ao reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) a partir dos dados extraídos do Sistema de Informações do SCFV (SISC) e do Censo SUAS 2013. Este painel expôs os seguintes dados: a quantidade de unidades que ofertavam o SCFV e o tempo da participação

³ O IGD SUAS “[...]visa avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, bem como a articulação intersetorial. Conforme os resultados alcançados pelos entes a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.(BRASIL, 2012b, p.9)

dos/as usuários/as nos grupos por ciclo etário; a capacidade de atendimento dos SCFV por região e porte de município e o público prioritário do SCFV por faixa etária e região. Estes dados apontaram a situação geral da execução do SCFV nas unidades socioassistenciais.

De acordo com a Resolução CNAS nº 1 de 21 de fevereiro de 2013, ressalta-se que o SCFV está em processo de reordenamento desde 2013. Este reordenamento promove “[...] a equalização e qualificação da oferta, a unificação da lógica de cofinanciamento federal e o estabelecimento de meta de atendimento do público prioritário, respeitando-se as características de cada faixa etária” (BRASIL, 2013c). Desse modo, cabe à Vigilância Socioassistencial, nesse sentido, apoiar com informações coletadas de sistemas e registros afins os equipamentos da Proteção Social Básica (CRAS e Centros de Convivência) para efetivar esse reordenamento do SCFV, conforme preconizam as normativas e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Referente à Proteção Social Especial, foram apresentadas no VIII ENVS três temas relevantes: regionalização e padronização dos serviços de Proteção Social Especial e medidas socioeducativas. Sobre a regionalização dos serviços de Alta e Média complexidade, em conformidade com a Resolução CNAS nº 23, de 27 de setembro de 2013, a Resolução Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 17, de 3 de outubro de 2013 e a Resolução CNAS nº 31, de 31 de outubro de 2013, a SNAS apresentou informações a partir de um questionário aplicado com as gestões estaduais.

Essas informações demonstraram uma síntese da situação das estratégias de regionalização dos serviços nos estados a partir dos seguintes elementos: estudo sobre o volume e a localização da oferta dos serviços; o diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito no estado; o plano de regionalização dos serviços; os parâmetros para o plano de regionalização; as formas de oferta de serviços regionalizados de Média e Alta complexidade; a quantidade de unidades regionais; a instância responsável pela execução; o quantitativo de unidades regionalizadas; os repasses financeiros pelos estados; as estratégias de atendimento, acompanhamento e interlocução

da rede, o percentual de municípios (por região e porte) sem cobertura, entre outros aspectos.

A partir desta exposição referente à regionalização dos serviços de Proteção Social Especial destaca-se que maior parte dos estados, no período em que foram aplicados os questionários, não tinha uma proposta de regionalização dos serviços concreta, de acordo com o que foi preconizado nas resoluções do CNAS. Também se aponta que, no período desse levantamento para este encontro, a maioria dos CREAS Regionais não recebia repasse de recursos pelo estado. Sobre as unidades de acolhimento de Alta complexidade observou-se uma amplitude na oferta dos serviços.

Em relação ao padrão de serviços de Proteção Social Especial, semelhante aos dados apresentados sobre a regionalização, foi destacada a quantidade de unidades existentes por público-alvo, tipo de unidade e suas características, ações desenvolvidas e perfil dos/as usuários/as e trabalhadores/as. Referente ao tema das medidas socioeducativas foi apresentada a contextualização do Serviço de Medidas Socioeducativas, os conceitos e a interlocução do SUAS com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e políticas setoriais.

Apointa-se que a Vigilância Socioassistencial foi destacada como uma ferramenta que integra essa articulação junto às ofertas da rede socioassistencial de Proteção Social Básica e Especial. Desse modo, a Vigilância Socioassistencial aparece como uma das áreas do SUAS para consolidar os Planos Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo, atuando na construção do diagnóstico socioterritorial da situação do sistema de atendimento socioeducativo. Esta temática também apontou as bases de monitoramento da Vigilância para as medidas socioeducativas, qual sejam: Sistema Nacional de Informações do SUAS – Rede SUAS; CadSUAS; Módulo de acompanhamento dos Estados/ Monitoramento da Implantação do SUAS; Censo SUAS; Registro Mensal de Atendimento do CREAS (RMA CREAS); SISC e CadÚnico. Salienta-se que essas bases estabelecem relação com os dados coletados das proteções sociais.

Quadro 3 - Temas apresentados no IX ENVS (2015) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
<p align="center">Estratégias de monitoramento e apoio técnico para a Proteção Social Básica</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Demonstrou a partir do Censo SUAS 2014, o percentual das situações de estrutura, compartilhamento, horário de funcionamento dos CRAS, articulações com a rede do Brasil (por regiões e porte populacional) → Apresentou o percentual de famílias em acompanhamento no PAIF no Brasil e o perfil dessas famílias (maior parte famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família) → Apresentou o número de atendimentos individuais e sua duração no Brasil → Destacou a situação da equipe de referência nos CRAS → Apontou o percentual de CRAS com povos e comunidades tradicionais → Analisa o SCFV e o Centro de Convivência a partir do Censo SUAS 2014 → Apresentou dados do SISC sobre percentual de usuários em situação prioritária
<p align="center">Estratégias de monitoramento e apoio técnico para a Proteção Especial de Média Complexidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Análise com base nos Censos SUAS de 2010 a 2014 do percentual das situações de estrutura física dos CREAS do Brasil → Apresentou a cobertura do PAEFI e o percentual de acompanhamento → Apresentou o percentual de equipes de referência completa → Perfil dos casos que ingressaram no acompanhamento do PAEFI (maior parte famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família) → Percentual de pessoas e quantidade vitimadas que ingressaram no PAEFI → Percentual de municípios e CREAS que ofertam Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto → Percentual de CREAS que possuem equipe técnica exclusiva para MSE → Dados do percentual de atendimento de adolescentes em cumprimento de MSE → Dados da oferta do Serviço especializado em Abordagem Social nos CREAS e nos Centros POP → Dados sobre o Centro POP referente à estrutura e recursos humanos
<p align="center">Estratégias de monitoramento e apoio técnico para a Proteção Especial de Alta Complexidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> → Panorama do público e dos serviços para crianças, adolescentes e jovens afastados dos cuidados parentais em medida de proteção por acolhimento institucional ou familiar → Apontou questões desafiadoras e nós críticos frente ao serviço de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens

(continuação – quadro 3)

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
Estratégias de monitoramento e apoio técnico para a Proteção Especial de Alta Complexidade	→Apresentou um balanço dos serviços de acolhimento institucional e familiar do Brasil
Território e trabalho social com famílias no PAIF	→Apresentou os princípios e os eixos político-organizativo, planejamento e gestão e socioassistencial do trabalho social com famílias →Apontou os principais avanços e desafios da Proteção Social em conjunto com o trabalho social com famílias →Citou a contribuição do diagnóstico elaborado pela vigilância socioassistencial, considerando: dados estatísticos; trocas de conhecimentos dos trabalhadores; aspectos relacionais de convivência e de cuidados, compreensões, necessidades, desejos e propostas da população
Estratégias de monitoramento e apoio técnico para as Ações Estratégicas do PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	→Abordou questões do Censo SUAS 2014 – gestão municipal referentes ao PETI →Apontou como ocorre monitoramento do PETI (envolvendo ações no campo da proteção social como o trabalho social com famílias e o serviço socioeducativo) →Utilizou como base de dados para o monitoramento sistemas que tem relação com as proteções sociais →Demonstrou os espaços de localização da gestão do PETI na estrutura do município (maior parte na Proteção Social Básica e Especial) →Destacou os dados sobre a incidência do trabalho infantil no Brasil →Apontou o quantitativo de famílias em situação de trabalho infantil acompanhadas pelo PAIF e PAEFI e os indivíduos nesta situação que frequentam o SCFV →Apresentou desenvolvidas ações neste campo →Apresentou o SIMPETI

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

O IX ENVS (2015) apresentou uma síntese dos dados referente ao monitoramento e apoio técnico realizado pela Vigilância Socioassistencial. Para isto, destacou dados relevantes dos equipamentos, ações desenvolvidas e perfil dos/as usuários/as que acessam os serviços e programas socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Frente à interlocução da Vigilância com a Proteção Social Básica, neste encontro destacou-se dados quantitativos referentes ao panorama nacional da estrutura, horário do CRAS e articulações da rede socioassistencial, a equipe e

percentual de povos e comunidades tradicionais que acessam o CRAS e situações prioritárias do SCFV. Além disso, os dados apresentados sistematizaram os eixos, os avanços, o diagnóstico e a articulação da Vigilância Socioassistencial em relação ao trabalho social com famílias no PAIF.

A Proteção Social Especial também expôs neste encontro dados quantitativos nacionais sobre a estrutura dos equipamentos, cobertura e acompanhamento do PAEFI, dos Serviços de Medidas Socioeducativa e dados sobre a Abordagem Social. O IX ENVS também apresentou as questões referentes ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), identificando informações sobre o monitoramento, sistemas e acompanhamento pela rede socioassistencial (principalmente PAIF, PAEFI e SCFV).

Estas mesas e oficina sobre o monitoramento e apoio técnico a Vigilância Socioassistencial da SNAS de modo geral destacaram sistemas muito utilizados pelas proteções sociais (básica e especial) e compilaram as informações coletadas por regiões e municípios conforme o porte populacional, contribuindo para situar o cenário nacional frente à cobertura, estrutura e situação dos serviços e programas destacados no quadro 3. Considera-se que os materiais apresentados neste encontro são fontes de informações relevantes para organização das metas e as prioridades para o aprimoramento do SUAS, uma vez que destacam os principais pontos críticos existentes nos serviços e equipamentos do SUAS. Desse modo, a ênfase nesses dados contribui para reafirmar a necessidade de garantir a equipe de referência completa, a busca de estratégias de superação da situação de compartilhamento dos espaços físicos onde se alocam os equipamentos socioassistenciais, a promoção de ações protetivas para acompanhamento, atendimento e busca ativa do público prioritário da política de assistência social e daqueles que dela necessitam.

Quadro 4 - Temas apresentados no X ENVS (2017) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
Cobertura e Qualidade nos Serviços de Proteção Social Básica	→Contextualização da expansão dos CRAS no Brasil de 2007 a 2017 →Panorama das equipes volantes e lanchas da assistência social para ampliar o acesso da população

(continuação – quadro 4)

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
Cobertura e Qualidade nos Serviços de Proteção Social Básica	<ul style="list-style-type: none">→ Situação da estrutura, compartilhamento, funcionamento do CRAS→ Análise do PAIF a partir do Censo SUAS 2016 e RMA 2016 no que se refere aos seguintes aspectos: acompanhamento/ atendimento e ações→ Panorama das equipes de referência lotadas nos CRAS→ Percentual da articulação entre o CRAS e a rede no território→ Percentual de CRAS com povos e comunidades tradicionais em seu território de abrangência→ Análise da oferta do SCFV a partir do Censo 2014→ Análise do Centro de Convivência (Censo SUAS 2016)
Cobertura e Qualidade nos Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade	<ul style="list-style-type: none">→ Panorama dos CREAS do Brasil: quantidade, estrutura, compartilhamento, equipe de referência→ Análise do PAEFI em 2016: acompanhamento, perfil das famílias e violações→ Análise do Serviço de MSE, Centro POP, Centro Dia e do Serviço Especializado em Abordagem Social

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

O X ENVS (2017) também ressaltou as contribuições da Vigilância Socioassistencial para as proteções sociais. Foram destacados neste encontro no âmbito da Proteção Social Básica a cobertura e qualidade dos serviços e equipamentos em expansão, a situação da estrutura física, do compartilhamento, do horário de funcionamento e da equipe de referência dos CRAS e dos Centros de Convivência por região. Além disso, trouxe dados sobre o PAIF a partir do Censo SUAS 2016 e do SCFV com base no Censo SUAS 2014.

Frente a Proteção Social Especial se destacaram dados referentes ao panorama frente à estrutura física, recursos humanos e cobertura dos CREAS, Centro POP, Centro Dia e os Serviços de Medidas Socioeducativas e de Abordagem Social por região. Também se ressaltou a análise do quantitativo de acompanhamentos pelo PAEFI e do perfil das famílias a partir de dados do RMA 2016.

De modo geral, nota-se que a Vigilância Socioassistencial utilizou dados do Censo SUAS e RMA para levantar as informações sobre cobertura, estrutura

e funcionamento dos equipamentos e serviços socioassistenciais, contribuindo para que a Gestão do SUAS fomente estratégias de aprimoramento em regiões que apresentaram dados com um nível de cobertura ou qualidade insatisfatória dos serviços e equipamentos socioassistenciais.

Quadro 5 - Temas apresentados no XI ENVS (2018) e contribuições junto às proteções sociais do SUAS

Tema da Mesa/Oficina	Contribuições para as proteções sociais
A Vigilância e os serviços de Proteção Social Básica (ID CRAS)	<ul style="list-style-type: none"> → Cobertura e expansão da rede → Panorama da estrutura física, funcionamento e equipe dos CRAS do Brasil → Balanço dos acompanhamentos, atendimentos e ações do PAIF → Síntese sobre a situação do ID CRAS (Índice de Desenvolvimento do CRAS) no Brasil → Panorama dos Centros de Convivência
A Vigilância e os serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (ID Acolhimento)	<ul style="list-style-type: none"> → Panorama sobre a cobertura, perfil e situação das unidades de acolhimento → Perfil dos acolhidos e trabalhadores → ID Acolhimento → Situação da Guarda Subsidiada no Brasil
A Vigilância e os serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade (ID CREAS e ID Centro POP)	<ul style="list-style-type: none"> → Panorama e cobertura do CREAS no Brasil e sua expansão → Número de famílias em acompanhamento pelo PAEFI e pessoas vitimadas → ID CREAS: Dimensões → Situação da equipe de referência do CREAS → Panorama do Centro POP e sua cobertura → Quantidade de pessoas em situação de rua atendidas no Centro POP de 2014 a 2017 → Dados da equipe de referência, escolaridade, número de trabalhadores por função exercida no Centro POP; → Panorama do Serviço de Abordagem Social no CREAS e Centro POP → Número de pessoas abordadas pelo Serviço de Abordagem Social no CREAS e no Centro POP → Atividades realizadas pelo Serviço de Abordagem no CREAS e no Centro POP com base no Censo SUAS → Apresentação da definição das áreas para realização de abordagens sociais → Breve panorama do Centro Dia

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

O último ENVS ocorrido no ano de 2018, o XI ENVS, semelhante aos encontros anteriores apresentou um panorama dos principais equipamentos e serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Nesse sentido, no âmbito da Proteção Social Básica demonstrou a cobertura, expansão (de 2007 a 2017), a situação dos CRAS e dos Centros de Convivência no Brasil em relação à estrutura física, equipe de referência, horário de funcionamento e ações realizadas no âmbito do PAIF e do SCFV. Destacou ainda a situação do ID CRAS no Brasil. Além disso, ressalta-se que esta mesa expôs o índice referente ao déficit de CRAS no Brasil, salientando a necessidade de implantação de 1031 novos CRAS para efetivar 100% de cobertura de CRAS no Brasil.

Referente à Proteção Social Especial, o XI ENVS, apresentou contribuições no âmbito da Média e Alta Complexidade. Desse modo, destacou dados sobre o ID CREAS, ID Centro POP, ID Acolhimento e o panorama geral das unidades de acolhimento, dos CREAS, Centro POP e Centro Dia. Também discutiu a partir de dados quantitativos sobre a guarda subsidiada, as famílias em acompanhamento e atendimento no PAEFI e no Serviço de Abordagem Social, o perfil dos acolhidos em unidades de acolhimento e das equipes de referência dos equipamentos de Proteção Social Especial.

Nessa perspectiva, de modo geral aponta-se que os dados coletados nas apresentações dos quatro últimos encontros de Vigilância Socioassistencial se baseiam mais em dados quantitativos. Poucos dados coletados apresentaram fontes qualitativas, o que limita a presente análise. Salienta-se que algumas mesas com temas que diziam respeito às proteções sociais não constaram material publicado⁴ pela SNAS ou não demonstraram relação com os objetivos deste trabalho.

Em síntese, as contribuições da Vigilância Socioassistencial expostas nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial de 2014 a 2018 demonstram os monitoramentos realizados pelo setor de Vigilância Socioassistencial da SNAS, no âmbito da cobertura de atendimento, estrutura física e funcionamento dos equipamentos que compõem as proteções sociais (CRAS e Centro de Convivência no âmbito da Proteção Social Básica e CREAS,

⁴ Destaca-se como exemplo o X Encontro de Vigilância Socioassistencial de 2017 que não publicizou o material referente à “Cobertura e Qualidade nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade”.

Centro POP, Centro Dia e unidades de acolhimento no âmbito da Proteção Social Especial). Também apresentou um panorama das equipes de referência no Brasil, perfil de usuários/as que ingressam nos serviços socioassistenciais, levantamento de atendimentos e acompanhamentos nos serviços que integram essas proteções, dentre outras questões.

Frente a estes dados coletados se destacaram as ferramentas e sistemas nacionais que a União, os estados e os municípios utilizam em suas práticas de planejamento, monitoramento, registro e avaliação como, por exemplo, o Censo SUAS, o RMA, o SISC, o SIMPETI etc. Esses instrumentos foram utilizados como subsídios para delinear o monitoramento da situação dos serviços e dos equipamentos da Proteção Social Básica e Especial.

Apesar dos limites identificados na coleta destes dados nos quatro últimos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial, enfatiza-se a importância desses espaços para o debate frente às estratégias para qualificar a articulação de toda rede socioassistencial, fortalecendo a integração da rede de atendimento direto à população (CRAS, Centros de Convivência, CREAS, Centro POP e unidades de acolhimento) com a área de Vigilância Socioassistencial, a qual está ligada à Gestão do SUAS.

6.2 Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial

Aponta-se que os materiais pesquisados com base nas duas mostras de experiências em Vigilância Socioassistencial se detiveram na publicação online no blog da Rede SUAS, a qual trouxe a descrição das experiências municipais na primeira mostra e, na segunda mostra de experiências, apresentou as experiências municipais e estaduais, abordando aspectos como: o objetivo, o público-alvo, o contexto, a metodologia, os envolvidos/participantes, os insumos necessários, os resultados, o modelo de atenção, os desafios e limitações e os “próximos passos”.

Na primeira Mostra de Experiência em Vigilância Socioassistencial, realizada no ano de 2017, 78 (setenta e oito) municípios encaminharam suas

experiências de Vigilância Socioassistencial para análise da SNAS, sendo selecionadas 26 (vinte e seis) experiências. Desse modo, nesta Mostra foram selecionadas apenas experiências municipais, contemplando a diversidade das regiões participantes e os portes populacionais dos municípios.

Na segunda Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial, realizada no ano de 2018 foram encaminhadas para a SNAS 133 (cento e trinta e três) experiências, de 110 (cento e dez) municípios, e 16 (dezesesseis) experiências estaduais. Conforme nota técnica divulgada pela SNAS sobre o resultado dos entes participantes na segunda Mostra, a seleção levou em consideração a diversidade das regiões, os diferentes portes populacionais e as diversas temáticas no âmbito da Vigilância Socioassistencial.

Desse modo, foram selecionadas na segunda Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial 35 (trinta e cinco) experiências municipais e 5 (cinco) experiências estaduais, sendo que alguns estados apresentaram mais de uma experiência. Aponta-se que a primeira e a segunda Mostra de Experiências foram apresentadas, respectivamente, no X e XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial em 2017 e 2018.

As experiências destacadas nesta análise se detiveram nos temas que mais se aproximaram das questões referentes à Vigilância Socioassistencial, às proteções sociais e ao diagnóstico socioterritorial, descartando os temas ligados a um determinado público-alvo da política de assistência social ou outros assuntos não relacionados ao tema e objetivos desta pesquisa.

No quadro 6 apresentado na próxima página seguem as contribuições referentes à primeira Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial ocorrida no ano de 2017, a qual destaca os instrumentos e as estratégias da Vigilância Socioassistencial e sua relação com a Proteção Social Básica e com a Proteção Social Especial. Aponta-se ainda que foram selecionadas para a presente análise 18 (dezoito) experiências municipais. Salienta-se que as estratégias e instrumentos que se repetiram ou com temáticas semelhantes foram agrupados.

Quadro 6 - Instrumentos e estratégias da 1ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial e contribuições das proteções sociais

Instrumentos/ Estratégias	Contribuições para as proteções sociais
Boletim de Informações	<ul style="list-style-type: none"> → Integração, qualificação e fortalecimento de suas equipes → Subsídios para planejamento, organização e execução.
Sistemas de Assistência Social, de Vigilância Socioassistencial ou Municipal	<ul style="list-style-type: none"> → Aprimoramento de informações e quantitativos das ações → Melhoria na sistematização dos atendimentos e acompanhamentos → Maior articulação entre as equipes de trabalho → Buscou identificar e monitorar famílias usuárias da rede socioassistencial → Disponibilização de informações do CadÚnico para os profissionais dos serviços → Melhorou a prevenção das situações de risco
Geoprocessamento Georreferenciamento	<ul style="list-style-type: none"> → Reorganização dos serviços; → Organização de listas para busca ativa como estratégia, norteadora de ações proativas e preventivas → Identificação de demandas para campanhas e projetos → Qualificou o atendimento à população
Acompanhamento do SCFV	<ul style="list-style-type: none"> → Gerenciamento mensal das informações que são inseridas no SISC → Planejamento e melhor atendimento das demandas → Interlocução com a rede socioassistencial dos territórios → Otimização de fluxos → Reuniões periódicas com técnicos para o levantamento de demandas e dificuldades
Padronização dos Instrumentais Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> → Produção e aprimoramento de informações sobre os serviços, programas e projeto que subsidiam técnicos
Estudo sobre famílias acompanhadas no PAEFI	<ul style="list-style-type: none"> → Levantamento das situações de violações de direitos
Relatório de Atendimentos Municipal Sistematização de registros	<ul style="list-style-type: none"> → Padronização da coleta de dados nos equipamentos → Redefinição de fluxos de trabalho e compreensão dos serviços → Subsidiou a gestão e as equipes técnicas nos planejamentos e na execução das ações → Reorganização dos serviços; → Análise do público atendido, de suas demandas e seus territórios → Organização de listas para busca ativa como estratégia norteadora de ações proativas e preventivas
Identificação, notificação, diagnóstico da situação de trabalho infantil	<ul style="list-style-type: none"> → Ferramenta utilizada pelas equipes para notificação de violências e violações de direitos → Construção estratégias e prioridades para enfrentamento do trabalho infantil → Integração das equipes da rede socioassistencial → Fortalecimento da articulação entre Proteção Social Básica e Especial
Informações territorializadas do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	<ul style="list-style-type: none"> → Forneceu informações sobre beneficiários do BPC → Fortalecimento de ações preventivas e protetivas

(continuação – quadro 6)

Instrumentos/ Estratégias	Contribuições para as proteções sociais
Prontuário SUAS	→Qualificação técnica e operacional das equipes de referência e dos serviços socioassistenciais →Reordenamento de fluxos
Diagnóstico socioterritorial	→Buscou o aprimoramento da articulação entre as equipes e o acompanhamento das famílias
Avaliação da cobertura e acesso das famílias na Proteção Social Básica	→Identificou nos territórios dos CRAS: áreas descobertas; concentração das famílias no PAIF em atendimento e acompanhamento; a distância em quilômetros percorrida pelas famílias para acesso ao CRAS; concentração das famílias incluídas no Cadastro Único e beneficiárias do Programa Bolsa Família

Fonte: Elaborado pela autora do presente trabalho (2019).

Observa-se que nesta primeira Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial se destacaram estratégias e instrumentos de Vigilância Socioassistencial essenciais para o aprimoramento das proteções sociais, quais sejam: boletim de informações, sistemas, registros, padronização de instrumentais, estudos analíticos, diagnóstico socioterritorial e georreferenciamento. Também se destacaram estratégias de acompanhamento no âmbito dos serviços socioassistenciais como o SCFV, o PAEFI e da situação de trabalho infantil, as quais envolveram ações das equipes de referência no âmbito da Proteção Social Básica e Especial.

Em relação às contribuições destes instrumentos de Vigilância Socioassistencial para as proteções sociais do SUAS ressalta-se a melhora no fluxo de trabalho das equipes de referência, a utilização de estratégias de monitoramento, acompanhamento dos serviços, programas e projetos e o aprimoramento de instrumentais de trabalho, fortalecendo a função preventiva inscrita no âmbito das proteções sociais. Também se destacou como contribuição a maior articulação entre as equipes de referência que compõem as proteções sociais do SUAS, o fortalecimento do planejamento estratégico e das ações protetivas e preventivas.

Desse modo, a Vigilância Socioassistencial contribuiu para qualificar os serviços socioassistenciais, bem como apoiar tecnicamente o papel das equipes de referência dos equipamentos, através de ferramentas próprias desta área

como o monitoramento, o planejamento, a avaliação, a sistematização e a socialização de informações pertinentes para o SUAS.

Referente à segunda Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial de 2018 selecionou-se nesta pesquisa 26 (vinte e seis) experiências municipais e estaduais que demonstraram aspectos da relação da Vigilância Socioassistencial com a Proteção Social Básica e Especial. No quadro 7 exposto abaixo segue a síntese dos instrumentos e das estratégias mais evidenciadas no âmbito da Vigilância Socioassistencial que demonstraram contribuições propositivas para as proteções sociais. Aponta-se que as estratégias que se repetiram ou com temáticas semelhantes foram agrupadas.

Quadro 7 - Instrumentos e estratégias da 2ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial e contribuições das proteções sociais

Instrumentos/ Estratégias	Contribuições para as proteções sociais
Boletim de Informações	<ul style="list-style-type: none"> →Fortaleceu a rede socioterritorial →Análise da demanda territorial dos serviços e benefícios socioassistenciais →Fomentou a construção de um sistema de informação para registro informatizado dos dados nos equipamentos da rede socioassistencial
Diagnóstico de Monitoramento e Avaliação do SUAS	<ul style="list-style-type: none"> →Diálogo com equipes de Proteção Social Básica e Especial para coleta de informações
Sistematização de dados	<ul style="list-style-type: none"> →Aprimorou os serviços socioassistenciais →Relação com os CRAS para elaboração de diagnóstico territorial e produção de relatório por proteção. →Diálogo com trabalhadores da Proteção Social Básica e Especial
Levantamento de territórios para implementação do SCFV	<ul style="list-style-type: none"> →Diálogo com os trabalhadores dos CRAS e CREAS. →Relação da Vigilância com os CRAS e CREAS para levantar índices de vulnerabilidade e violação de direitos, objetivando implantar o SCFV nos territórios mais vulneráveis
Indicadores de avaliação qualitativa do SCFV	<ul style="list-style-type: none"> →Promoção de padrões de qualidade para os serviços →Estabeleceu padrões de qualidade para os SCFV
Planejamento Estratégico do SCFV	<ul style="list-style-type: none"> →Aprimorou a operacionalização do SCFV →Diagnóstico do SCFV e identificação de indicadores de direcionamento das ações. →Diálogo entre as equipes dos CRAS e CREAS no que diz respeito à referência e contrarreferência →Estreitou as relações entre as proteções
Sistema de Informações	<ul style="list-style-type: none"> →Aprimoramento no registro de informações →Aferição da qualidade das ofertas da rede →Acompanhamento da rede de Proteção Social Básica e Especial

(continuação – quadro 7)

Instrumentos/ Estratégias	Contribuições para as proteções sociais
Sistema de Informações	→ Construção de instrumentais específicos para cada unidade socioassistencial
Diagnóstico socioterritorial da Proteção Social Básica	→ Contribuiu para a prevenção, proteção, redução de agravos → Buscou compreender as situações de precarização e de agravamento da vulnerabilidade → Implantação de um formulário para preenchimento mensal, a fim de identificar a população do CRAS atendida no serviço
Painel de Monitoramento: ferramenta de consulta técnica sobre as informações dos serviços	→ Ação destinada aos técnicos que executam os serviços tipificados e ao órgão gestor → Formação de um banco de dados de fácil manuseio dos CRAS e CREAS → Aprimorou a gestão da informação dos serviços, melhorando os bancos de dados e o controle de serviços
Qualificação da oferta dos serviços socioassistenciais	→ Construção de instrumentos técnicos padronizados e adequação do Relatório Mensal de Atendimento para registro de dados próprios do município → Definição de fluxos de atendimentos individualizados, de acompanhamentos familiares e das informações; → Definição dos territórios para as Proteções Sociais Básica e Especial no município → Devolução dos dados para as equipes das unidades → Aproximação das equipes técnicas das unidades de CRAS → Organização dos serviços e divisão do trabalho entre os técnicos no próprio CRAS e território → Referenciamento do território do CRAS → Padronização dos procedimentos de monitoramento de dados nos serviços socioassistenciais → Identificação de indicadores → Diagnósticos e estudos para o planejamento de ações que contribuam com as proteções sociais
Oficina para o Reordenamento do Referenciamento de Territórios aos CRAS	→ Qualificação da gestão territorial → Melhorou na cobertura dos serviços
Análise Interpretativa da Demanda Potencial de Grupos Remanescentes Quilombolas para Inclusão no SCFV	→ Buscou da inclusão no SCFV de uma população prioritária na política de assistência social
Implantação de instrumentais para Registro Mensal de Atendimentos (RMA) da Proteção Social Especial de Alta Complexidade	→ Padronização e qualificação do registro mensal de atendimento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade → Elaboração de novos instrumentais a partir do diálogo com a equipe
Mapeamento de território	→ Aprofundou o conhecimento sobre as vulnerabilidades, contribuindo para o planejamento da oferta e dos serviços da rede socioassistencial

(continuação – quadro 7)

Instrumentos/ Estratégias	Contribuições para as proteções sociais
Mapeamento de território	→Contribuiu para o processo de busca ativa das famílias →Contribuiu na atuação das equipes de CRAS e SCFV.
Proteção Social e vivência das pessoas em situação de rua – perfil e da demanda	→Os indicadores utilizados possibilitaram a ampliação da proteção social →Ampliação e reestruturação dos serviços ofertados →Articulação entre equipe de Vigilância, Centro Pop e abordagem social
Diagnóstico social dos locais de agressão e do perfil de mulheres vitimadas	→Contribuiu para a prevenção da violência contra a mulher →Contribuiu para o fomento de campanhas de prevenção e intervenções direcionadas a esse público
Pesquisa de opinião junto aos usuários frequentes às oficinas dos CRAS	→Subsidiou o processo de repensar e planejar as práticas de trabalho
Diagnóstico da Situação de Trabalho Infantil	→Subsidiou a implantação de políticas públicas voltadas ao combate do trabalho infantil
Módulo Estadual de Vigilância Socioassistencial	→Disponibilizou para a equipe estadual (Gestão, Proteção Social Básica e Especial) e outros atores, informações sobre as ações/atividades desenvolvidas pela Secretaria de Estado e aquelas inseridas nos sistemas da Rede SUAS do MDS
Relatório Sistematizado do RMA	→Análise de dados, visualização das informações de forma sistematizada →Acompanhamento dos dados referentes aos serviços ofertados nas unidades →Subsidiou o planejamento e a disseminação da prática de padronização das informações
Indicadores na assistência ao idoso nos serviços de acolhimento	→Mensurou a estrutura da modalidade abrigo institucional e a qualidade dos serviços prestados
Registro Mensal de Atendimento Estadual para os CREAS Regionais e Municipais	→Possibilitou conhecer a realidade local e traçar o planejamento para intervenção nas áreas de maior vulnerabilidade e risco social →Fomentou o conhecimento dos índices de violações de direitos →Apontou as incidências dos riscos e vulnerabilidades sociais, auxiliando na construção da efetividade da política de assistência social
Estudo sobre a cobertura dos CRAS e CREAS nos territórios pacificados	→Sistematização dos dados para identificar a configuração territorial dos CRAS e CREAS nos territórios das áreas que estavam pacificadas

Fonte: Elaborado pela autora deste trabalho (2019).

Ressalta-se que as estratégias municipais expostas nesta segunda mostra de experiências expressaram uma ênfase na utilização do diagnóstico socioterritorial, georrefenciamento e mapeamento do território, utilizando como

subsídio os dados fornecidos pelas proteções sociais. Reitera-se, como já foi mencionado, que o diagnóstico socioterritorial é o principal instrumento da Vigilância Socioassistencial para conhecimento das situações de vulnerabilidade presentes nos territórios, o que contribuiu como subsídio analítico para o planejamento das ações das proteções sociais, uma vez que por meio do diagnóstico socioterritorial é possível delinear a busca ativa dos/as usuários/as e do público-alvo que ainda não acessa a política de assistência social.

Nas metodologias expostas nestas experiências municipais, também se destacaram o estabelecimento constante de diálogo com os/as trabalhadores/as e equipes de referência que compõem as proteções sociais como meio para a construção de estratégias no âmbito da Vigilância Socioassistencial. Nesse sentido, o apoio da Vigilância Socioassistencial aos/às trabalhadores/as do SUAS inseridos/as nas proteções sociais é fundamental para qualificar a oferta dos serviços socioassistenciais, uma vez que esta articulação promove instrumentos que aprimoram a análise consubstanciada a partir do acesso a informações relevantes sobre o território, sobre a cobertura e a capacidade de atendimento dos serviços, sobre o acesso dos/as usuários/as e os fluxos da rede, entre outros meios importantes.

Aponta-se que as experiências municipais de Vigilância Socioassistencial apresentaram mais estratégias no âmbito da Proteção Social Básica, principalmente referente à elaboração de subsídios para aprimorar, implantar ou avaliar o SCFV. Referente às experiências estaduais, enfatiza-se que foram destacadas mais ações estratégicas no âmbito da Proteção Social Especial.

Em síntese, além do diálogo entre as equipes e as áreas de Vigilância e as proteções sociais, nesta segunda Mostra de Experiências foram apresentadas estratégias como: fortalecimento e aprimoramento da rede de serviços socioassistenciais; construção o diagnóstico socioterritorial com as equipes das proteções sociais; levantamento de dados sobre vulnerabilidades sociais e violações de direitos; acompanhamento, monitoramento e planejamento dos serviços, criação de instrumentos padronizados e; estudos frente à situação de trabalho infantil.

6.3 Análise da Interlocação entre a Vigilância Socioassistencial e as Proteções Sociais: fortalecimento da Gestão do SUAS

A coleta de dados da pesquisa documental que foi sistematizada neste trabalho apresentou diversas estratégias e instrumentos no âmbito da Vigilância Socioassistencial como contribuição para subsidiar as proteções sociais. Essas estratégias apontam as ferramentas que são utilizadas pela gestão, as quais qualificam o atendimento direto junto aos/às usuários/as que são acolhidos/as pelos serviços de Proteção Social Básica e Especial.

Segundo a coleta de dados desta pesquisa essas ferramentas de gestão se materializaram em diagnósticos, monitoramentos, planejamentos estratégicos, diálogos entre equipes do SUAS, avaliação da qualidade dos serviços e equipamentos socioassistenciais, sistemas de informação, estudos analíticos, entre outros instrumentos.

A Proteção Social Básica e Especial se inserem como funções do SUAS em conjunto com a Vigilância Socioassistencial e a defesa de direitos. Nessa perspectiva, assim como a Vigilância Socioassistencial busca as proteções sociais como fonte para coleta de informações, a fim de produzir seus instrumentos, as proteções sociais também devem ser subsidiadas de ferramentas e estratégias no campo da gestão da informação para fomentar o aprimoramento do processo de trabalho nos serviços socioassistenciais, uma vez que necessitam de dados sistematizados, informações sobre o território e sobre as famílias que nele vivem para possibilitar o planejamento dos atendimentos e dos acompanhamentos e a identificação do público que ainda não acessa a política de assistência social, mas que vivencia situações de vulnerabilidade social e violações de direitos.

Nesse sentido, a Vigilância deve ser responsável por gerir as informações que irão alimentar as proteções sociais e a Gestão do SUAS em todas as áreas. Os Encontros e Mostras de Experiência em Vigilância Socioassistencial demonstraram nos materiais publicizados os produtos provenientes dessa relação.

Os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial dos últimos quatro anos evidenciaram diversas ferramentas de gestão que apoiaram as proteções sociais. Desse modo, nesses encontros enfatizaram-se temáticas que diziam respeito à elaboração do diagnóstico socioterritorial, ao diagnóstico das ofertas, da cobertura e da expansão dos serviços e dos equipamentos de Proteção Social Básica e Especial. Esses diagnósticos constituíram-se como meios que subsidiaram o planejamento da política de assistência social, uma vez que através deles é possível analisar a dimensão da cobertura e do acesso da população prioritária junto aos serviços socioassistenciais, bem como é possível delinear as estratégias de prevenção e proteção frente às situações de vulnerabilidades e riscos sociais identificados.

Nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial analisados também se discutiu sobre a utilização dos índices⁵ ID CRAS, ID CREAS, ID Centro POP, ID Acolhimento, os quais demonstraram o panorama estrutural dos equipamentos socioassistenciais no Brasil. A exposição destes dados com base nos Índices de Desenvolvimento fomentou a implantação de estratégias no âmbito da Gestão do SUAS, no sentido de estabelecer prioridades para qualificar as dimensões que consolidam esse índice.

Além disso, os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial destacaram temas voltados para os serviços e equipamentos específicos no âmbito da Proteção Social Básica, como o CRAS, o Centro de Convivência, o SCFV e o PAIF e, da Proteção Social Especial, como o CREAS, o Centro POP, o Centro Dia, as Unidades de Acolhimento, o PAEFI e o Serviço de Medidas Socioeducativas.

Nestes Encontros também se ressaltaram o perfil de públicos e situações específicas e prioritárias para a política assistência social como o perfil de acolhidos, a situação de trabalho infantil e a população em situação de rua. Os Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial fomentaram a utilização de ferramentas nacionais gerenciadas pela União, estados e municípios, como

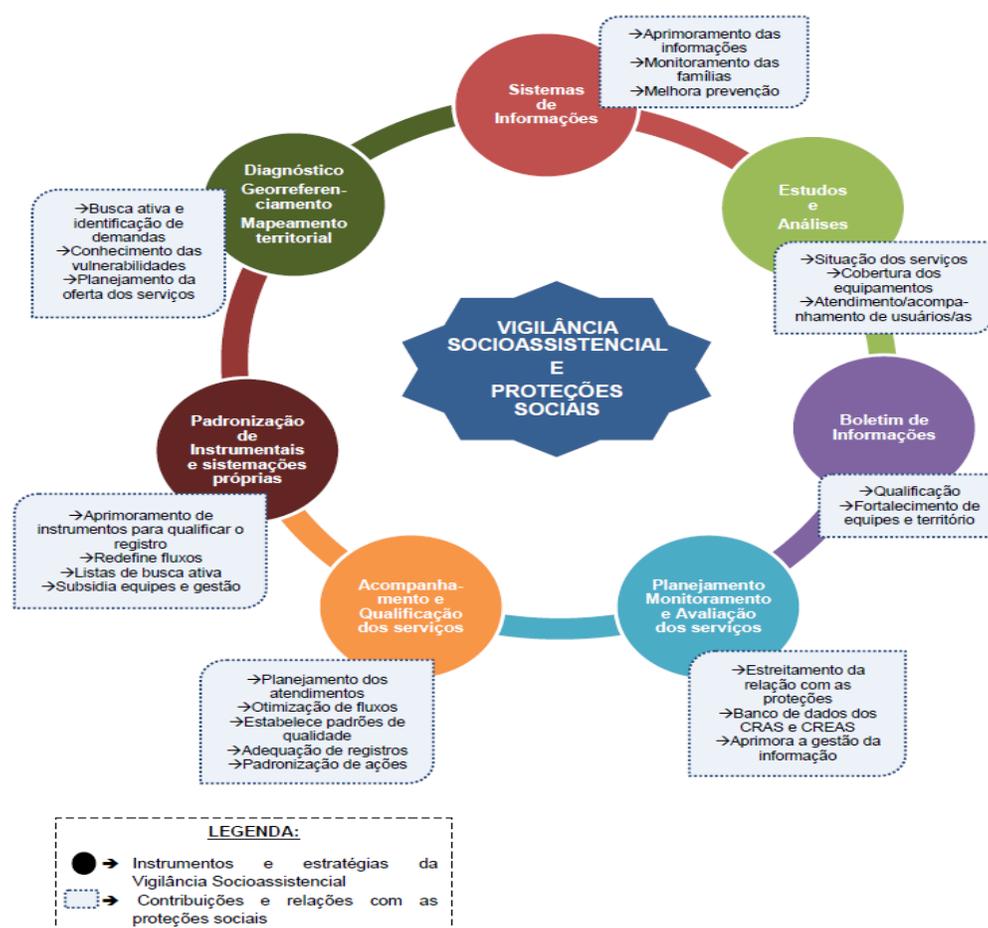
⁵ Ferramenta que monitora, a partir do Censo SUAS, o desenvolvimento dos equipamentos do SUAS, no que diz respeito aos aspectos como qualidade e adequação da estrutura física, funcionamento, recursos humanos e atividades.

exemplo cita-se o Censo SUAS, o SISC, o SIMPETI, o RMA, dentre outros sistemas. Ressalta-se que essas ferramentas são de uso das proteções sociais.

Referente às Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial são identificados os seguintes instrumentos e estratégias em contribuição com as proteções sociais: Boletins de Informação; Sistemas de Informação específicos; georreferenciamento, diagnóstico socioterritorial e mapeamento do território; estudos e avaliações acerca da cobertura de serviços, equipamentos e populações prioritárias para o SUAS; padronização e qualificação de instrumentos; planejamento estratégico; monitoramento e; análise de registros.

Sobre a interlocução destes instrumentos de Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais, destaca-se a seguinte síntese da figura 2:

Figura 2 - Relações da Vigilância Socioassistencial com as proteções sociais



Fonte: Elaborada pela autora do presente trabalho (2019).

Ressalta-se que a figura 2 exposta na página anterior compilou os principais instrumentos e estratégias que a Vigilância Socioassistencial utiliza para contribuir com as ações das proteções sociais, com base nas Mostras de Experiências e nos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial. Essas estratégias expressam que a relação da Vigilância com as proteções sociais produz subsídios profícuos que qualificam não só estas duas áreas estratégicas, mas também toda a Gestão do SUAS.

Salienta-se que a Vigilância Socioassistencial utiliza meios que remetem ao planejamento, monitoramento e avaliação de serviços, equipamentos e ações socioassistenciais, o que reforça a sua importância como principal gestora de informações no âmbito da Gestão do SUAS.

A Vigilância Socioassistencial constitui como uma área essencialmente dedicada à gestão da informação, comprometida com: I - o apoio efetivo às atividades de planejamento, gestão, monitoramento, avaliação e execução dos serviços socioassistenciais, imprimindo caráter técnico à tomada de decisão [...] (BRASIL, 2012a, p. 41).

Conforme exposto na figura 2 o planejamento, avaliação e monitoramento proposto pela Vigilância Socioassistencial são responsáveis pelo estreitamento da relação com as proteções sociais, aprimorando, dessa forma, a Gestão do SUAS. Nesse sentido, a implementação da Vigilância Socioassistencial como responsável pelo monitoramento e pela avaliação no âmbito do SUAS consiste como um dos desafios destacados na NOB-SUAS 2012:

A instituição de monitoramento sistemático e a territorialização dos equipamentos de assistência social nas áreas de maior vulnerabilidade e risco resultaram em um grande desafio para a gestão do SUAS: a implantação da vigilância socioassistencial, estratégia fundamental para o reconhecimento e localização das vulnerabilidades e riscos e das violações de direito nos territórios, que oriente e avalie a oferta de serviços socioassistenciais de acordo com as necessidades de seus usuários (BRASIL, 2012a, p.13).

Também se ressalta como contribuição produzida dessa relação o alinhamento dos fluxos de trabalho para melhoria do atendimento dos/as

usuários/as e o fortalecimento da busca ativa da população prioritária e em situação de vulnerabilidade que ainda não acessa os serviços do SUAS. Para efetivar essa busca ativa, o diagnóstico ou o mapeamento socioterritorial se apresentam como meio para produção de dados frente à identificação das demandas dos/as usuários/as e ao planejamento da oferta dos serviços. Desse modo, reitera-se que Vigilância Socioassistencial deve produzir informações que:

[...] proporcionem o planejamento e a execução das ações de busca ativa que assegurem a oferta de serviços e benefícios às famílias e indivíduos mais vulneráveis, superando a atuação pautada exclusivamente pela demanda espontânea (BRASIL, 2012a, p.41).

Além disso, conforme Brasil (2012a), a NOB-SUAS 2012 aponta que Vigilância Socioassistencial deve apoiar as equipes dos serviços socioassistenciais com informações para conhecimento do território e da realidade da população atendida e para subsidiar a avaliação da atuação dessas equipes. A coleta de dados da pesquisa apresentada neste trabalho ressaltou o constante diálogo entre as equipes da Vigilância e das proteções sociais, como forma de contribuir para o aprimoramento, acompanhamento e planejamento dos serviços.

Em relação aos dados coletados nos Encontros e Mostras de Vigilância Socioassistencial, abaixo se aponta uma síntese dos principais temas mais recorrentes:

- a) Análise da cobertura, estrutura física e expansão dos equipamentos socioassistenciais;
- b) Monitoramento, planejamento, avaliação e acompanhamento de serviços;
- c) Gestão da informação e meios de divulgação (através de boletins, sistemas, relatórios, etc);

- d) Utilização de indicadores e sistemas consolidados nacionalmente para estudos, levantamentos e análises (índices de desenvolvimento, Censo SUAS, RMA, SISC, SIMPETI, etc);
- e) Análise dos serviços socioassistenciais no âmbito da Proteção Social Básica (PAIF e SCFV) e da Proteção Social Especial (PAEFI, Medidas Socioeducativas, Abordagem Social e Serviço de Acolhimento) e dos equipamentos ligados a estes serviços (CRAS, Centros de Convivência, CREAS, Centro POP, Centro Dia, unidades de acolhimento);
- f) Diagnóstico socioterritorial e mapeamento do território;
- g) Diálogo entre equipes de referência das áreas estratégicas do SUAS;
- h) Reorganização de fluxos do processo de trabalho;
- i) Padrões de qualidade da oferta de serviços socioassistenciais;
- j) Instrumentos padronizados e registros próprios;
- k) Ampliação do conhecimento frente às situações de vulnerabilidade social.

Conforme os dados da pesquisa documental apresentada neste trabalho, os temas apresentados acima se destacaram como estratégias que permeiam o processo de trabalho da Vigilância Socioassistencial no SUAS. As ações de monitoramento, planejamento, avaliação, diagnóstico socioterritorial e conhecimento das vulnerabilidades sociais dos territórios estão presentes nas normativas como papel fundamental da Vigilância Socioassistencial, sendo um dos principais instrumentais de apoio técnico que contribuem com as proteções sociais.

A gestão da informação e utilização de sistemas, índices e meios de registros também se inscrevem no campo da Vigilância Socioassistencial como sua função no âmbito da Gestão do SUAS. O padrão da qualidade dos serviços e os dados referente à cobertura e tipologia dos serviços ofertados são essenciais para aprimoramento do SUAS, uma vez que com estes dados é possível reorganizar os fluxos e as ofertas socioassistenciais de modo a

distribuir, de forma mais equitativa, a rede socioassistencial prestadora de serviços socioassistenciais.

Nesse contexto, as estratégias da Vigilância Socioassistencial junto às proteções sociais identificadas nas Mostras e Encontros de Vigilância Socioassistencial demonstram a efetividade da articulação entre essas áreas estratégicas para o SUAS. Apesar dos limites e desafios presentes no cotidiano de execução dessas áreas, considera-se que a interlocução da Vigilância com as proteções sociais produz subsídios que têm como objetivo o conhecimento da realidade das famílias, do público-alvo da política de assistência social, dos territórios referenciados, das situações de vulnerabilidade e da cobertura dos equipamentos e serviços socioassistenciais, qualificando as ações protetivas e preventivas, a fim de fomentar a garantia de direitos socioassistenciais no SUAS.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho materializou a finalização do curso de Especialização em Gestão Pública, uma vez que condensou o aprendizado apreendido ao longo de todo processo formativo referente a esta área. As disciplinas do curso, as discussões nos fóruns e as questões reflexivas propostas pelos/as professores/as, pelo tutor e orientador vinculados/as ao curso contribuíram para a produção do presente trabalho.

Ressalta-se também que a atuação profissional da autora do presente trabalho, na política estadual de assistência social do estado do Rio Grande do Sul, como Analista de Projetos e Políticas Públicas no Departamento de Assistência Social do estado do Rio Grande do Sul, foi decisiva para a construção deste tema de pesquisa, tendo em vista que este estudo busca contribuir com o processo de trabalho no âmbito da gestão estadual do SUAS.

A partir das aproximações das disciplinas do curso referente à gestão das políticas públicas e da análise das normativas do SUAS, dos instrumentos e das sistematizações publicizadas pela coordenação nacional da política de assistência social, pôde-se delinear o objeto e o problema de pesquisa deste trabalho. Nesse sentido, sabia-se previamente sobre as contribuições que as proteções sociais vinham produzindo através de dados, registros e informações que alimentam os sistemas de monitoramento da Vigilância Socioassistencial. Entretanto, este trabalho se propôs a analisar como a Vigilância Socioassistencial, tendo como principal função a gestão da informação no SUAS, efetiva sua aproximação e contribuição junto às proteções sociais, já que ambas as áreas consolidam um papel estratégico na política de assistência social.

O estudo apresentado neste trabalho, a partir da análise junto às Mostras de Experiências em Vigilância Socioassistencial e aos Encontros Nacionais de Vigilância Socioassistencial, propiciou o conhecimento das estratégias e dos instrumentos que os setores de Vigilância Socioassistencial da União, dos estados e dos municípios vêm desenvolvendo para contribuir com o

aprimoramento das proteções sociais no âmbito do SUAS. Aponta-se que essas estratégias são efetivas no que diz respeito à qualificação dos serviços e dos equipamentos socioassistenciais, ao delineamento da busca ativa da população prioritária do SUAS, à identificação das situações de vulnerabilidade e risco social e ao conhecimento da realidade social das famílias que necessitam do acesso à política de assistência social.

Ainda, neste estudo, se enfatizou a relevância do fortalecimento do diálogo e da articulação entre as equipes de referência das proteções sociais junto às equipes de Vigilância Socioassistencial, como uma ferramenta enriquecedora de apoio técnico, a qual visa contribuir com a qualificação da rede socioassistencial de atendimento direto à população e com o aprimoramento da Gestão do SUAS em sua totalidade.

Enfatiza-se também a importância deste trabalho para a área de gestão pública, uma vez que se identificou ao longo da análise da pesquisa documental que a Vigilância Socioassistencial estabeleceu interlocução com a área de Gestão do SUAS. Nesse sentido, as ações de planejamento, execução, avaliação e monitoramento destacaram-se como tarefa essencial da Vigilância Socioassistencial em contribuição com as proteções sociais. Dessa maneira, a Vigilância Socioassistencial foi compreendida neste estudo como área que subsidia de informações os/as gestores/as públicos da política de assistência social e as equipes de referência dos equipamentos socioassistenciais.

Nesse contexto, considera-se que a gestão pública deve ser construída e fortalecida por políticas públicas não contributivas que tem como enfoque a garantia de direitos dos cidadãos que expressam necessidades sociais e demandam a proteção social como responsabilidade do Estado. Nessa perspectiva, salienta-se que o Estado através de organizações público-estatais deve ser o principal promotor da proteção social através de políticas públicas como a política de assistência social.

Contudo, o atual cenário sociopolítico vem expressando uma lógica inversa, a qual caminha na contramão dos direitos sociais, uma vez que atualmente se ascende a lógica privatista e mercadológica como resposta à

questão social. Aponta-se que essa lógica privatista que atua com base nos princípios neoliberais vem reduzindo o papel do Estado no âmbito das políticas sociais e transferindo as suas responsabilidades para o setor privado ou para a sociedade civil. Esse movimento acarreta na precarização dos serviços públicos, na focalização das ações protetivas com base no imediatismo e na desqualificação do atendimento às necessidades sociais básicas, acirrando ainda mais a desigualdade social.

Considera-se que no contraponto a essa lógica, vem emergindo a implementação da Vigilância Socioassistencial constituída como responsabilidade estatal dos entes federados, a qual aponta estratégias para aprimorar os serviços e equipamentos socioassistenciais diretamente ligados às proteções sociais, visando fortalecer a garantia dos direitos socioassistenciais.

Desse modo, a Vigilância Socioassistencial consiste em uma área fundamental e estratégica para a Gestão do SUAS, uma vez que apresenta ações qualitativas para o fortalecimento da política pública de assistência social, de modo a romper com a lógica de redução do Estado e promover a corresponsabilização da sua execução através da gestão compartilhada entre a União, os estados e os municípios. Nessa perspectiva, ratifica-se a efetividade da Vigilância Socioassistencial como uma área estratégica que dissemina a produção de instrumentais, informações e estratégias, a fim de apoiar e o aprimorar as proteções sociais do SUAS.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza (organizadoras). **Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial**. Brasília: Fundação Oswaldo Cruz; Ministério do Desenvolvimento Social, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

_____. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm>. Data de acesso: 03 de junho de 2018.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 196, de 10 de outubro de 1996**. Brasília, DF, Conselho Nacional de Saúde. Brasília, 1996. Disponível em:<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/1996/res0196_10_10_1996.html>. Data de acesso: 12 de dezembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS /2004**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf> . Data de acesso: 11 de junho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica – NOB-SUAS: Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social**. Brasília: [s.n.], 2005. Disponível em: <

<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf>. Data de acesso: 25 de abril de 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: Gráfica e Editora Brasil LTDA, 2011a. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>>. Data de acesso: 11 de junho de 2018.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho 2011.** Brasília, 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1>. Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012. Norma Operacional Básica – NOB-SUAS.** Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf>. Data de acesso: 03 de junho de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações sobre o Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGDSUAS.** Brasília, 2012b. Disponível em: <

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Caderno_IGDSUAS.pdf>. Data de acesso: 25 de abril de 2019.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 18, de 15 de julho de 2013**. Brasília, 2013a. Disponível em: <
http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Pacto%20Aprimoramento%20SUAS%20G%20Municipios%20-%20cnas-2013-018-15-07-2013.pdf>. Data de acesso: 21 de março de 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas da Vigilância Socioassistencial**. Brasília, 2013b. Disponível em:
<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_Vigilancia.pdf>. Data de acesso: 03 de junho de 2018.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 1, de 21 de fevereiro de 2013**. Brasília, 2013c. Disponível em: <
<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-001-21-02-2013.pdf>>. Data de acesso: 25 de abril de 2019.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014 (Reimpressão). Disponível em:
<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Data de acesso: 15 de dezembro de 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026)** – “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”. Brasília, 2016. Disponível em: <

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/II_Plano_Decimal_AssistenciaSocial.pdf>. Data de acesso: 03 de junho de 2018.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 2 de 16 de março de 2017**. Brasília, 2017b.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal 2017**. Brasília, 2018a. Disponível em: <
<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>>. Data de acesso: 04 de janeiro de 2019.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e; RAICHELIS, Raquel (orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2017.

LAZZARI, Evelise. **Vigilância Socioassistencial no Brasil: Contradições da operacionalização e repercussões no processo de democratização da política de assistência social**. Porto Alegre, 2018. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Gestão Operacional**. Florianópolis: UFSC/CAPES/UAB. 2010. p. 13-40.

MARTINELLI, Tiago; SANTOS, Simone Ritta dos; SILVA, Marta Borba. Vigilância socioassistencial na política de assistência social: concepção e operacionalidade. In: **Revista Katálysis**, Florianópolis [s.n.], v. 18, n. 1, p. 104-112, jan./jun. 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Gestão do Sistema Único de Assistência Social (Suas)**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/gestao-do-suas>>. Data de acesso: 18 de junho de 2018.

_____. Rede SUAS. **1ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2017. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/1a-mostra-de-experiencias-em-vigilancia-socioassistencial/>>.Data de acesso: 30 de março de 2019.

_____. Rede SUAS. **2ª Mostra de Experiências em Vigilância Socioassistencial**. Brasília: MDS, 2018. Disponível em: <<http://blog.mds.gov.br/redesuas/vigilancia-socioassistencial/2a-mostra-de-experiencias-em-vigilancia-socioassistencial/>>. Data de acesso: 30 de março de 2019.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. **VIII Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial – 2014**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/snas/vigilancia/index4.php>>. Data de acesso: 02 de abril de 2019.]

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. **IX Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial – 2015**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/saqi/snas/vigilancia/index4.php>>. Data de acesso: 02 de abril de 2019.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. **X Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial – 2017**. Disponível em:

< <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snass/vigilancia/index4.php>>. Data de acesso: 02 de abril de 2019.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Vigilância Socioassistencial. **XI Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial – 2018**. Disponível em: < <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/snass/vigilancia/index4.php>>. Data de acesso: 02 de abril de 2019.

MISOCZKY, M. C. ; DORNELAS CAMARA, G. ; CERQUEIRA, P. R. ; COTO, G. C. . Orientação sexual, classes sociais e territórios de resistência: os conflitos em torno do Centro Nova Olaria em Porto Alegre. In: **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte: [s.n.], v. 6, n.15, p. 254-279, set/dez, 2012.

OLIVEIRA, Mara de; PRATES, Jane Cruz; CARRARO, Gissele. Vigilância Socioassistencial: uma análise a luz das conferências nacionais. In: **Anais do 4º Encontro Internacional de Política social e 11º Encontro Nacional de Política Social**. Vitória: [s.n.], v.1 n.1, 2016. ISSN 2175-098X. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12943/9319>>. Data de acesso: 03 de janeiro de 2019.

PAES-SOUSA, Rômulo. Proteção Social. In: FERNANDES, Rosa M. C; HELLMANN, Aline (orgs.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**– Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. 320 p.; il. (Coleção CEGOV: Transformando a administração pública)

PIOVESAN, Armando ; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. In: **Revista de Saúde Pública**. São Paulo: [s.n.], v. 29, n. 4, p.318-325, 1995. Disponível em:

< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Data de acesso: 12 de dezembro de 2018

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências Administrativas/UFSC. Brasília: CAPES: UAB, 2009.